

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE  
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024 – METRÔ/DF

A **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF** (CNPJ: 38.070.074/0001-77; IE: 07.384.225/001-37), por meio da Pregoeiro Klaus Vilar Wurmbauer, designado pela Instrução de Serviço SEI-GDF n.º 207/2024, do Sr. Diretor-Presidente, em conformidade com os termos do Processo n.º 00097-00009150/2024-41, nos termos da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF, Versão 1.3, pelo Decreto do Distrito Federal nº 37.967/2017 e Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se, no que for compatível, a Lei nº 14.133/2021 no que se refere à modalidade Pregão, Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, e as exigências estabelecidas no presente edital e seus Anexos, torna pública a realização de licitação do tipo **MENOR PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

Data da sessão: 06 de novembro de 2024

Horário: às 10:00 hs

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG - 925046 - Pregão 90029/2024 - COMPRASNET**

Endereço e telefone para contato: Av. Jequitibá, Nº 155 (Águas Claras) - Brasília-DF, Edifício sede, térreo, sala de licitação. Telefone: (61) 3353-7112 / 7146 / 7158.

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para eventual **Fornecimento com instalação, incluindo materiais, insumos e mão-de-obra, de, aproximadamente, 129 (cento e vinte e nove) aparelhos de ar condicionado tipo split e 08 (oito) de Janela - ACJ, com etiqueta energética "A" ou "B" visando atender, principalmente, as Salas Técnicas do Metrô-DF**, conforme especificações contidas do Anexo I - Termo de Referência, deste edital.

1.2. A contratação será realizada conforme previsão contida no item 6.2 do Anexo I - Termo de Referência.

1.3. A cota reservada, descrita no item 6.2 do Anexo I - Termo de Referência, não poderá ensejar a aceitação de preço superior ao que foi obtido no item destinado ao mercado em geral (ampla concorrência).

1.4. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

1.5. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada nessa condição.

## 2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico de registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF.

3.1.1. Os itens 7 e 8 serão de participação exclusiva às **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, conforme descrito no item 6.2 do Anexo I - Termo de Referência.

3.1.2. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o desenquadramento da condição de microempresa, conforme estabelece o Art 2º, § 2º do Decreto do Distrital nº 35.592/2014.

3.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital e seus anexos.

3.3. Não poderão participar desta licitação empresas:

3.3.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do METRÔ-DF;

3.3.2. Suspensa pelo METRÔ-DF do direito de licitar e contratar, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.3.3. Suspensa do direito de licitar e contratar com fundamento no inciso III, do artigo 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito do Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.3.4. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.3.5. Impedida de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

- 3.3.6. Impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por decisão judicial;
- 3.3.7. Impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, enquanto perdurarem os efeitos da pena;
- 3.3.8. Impedida por decisão judicial de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, com fulcro na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, enquanto perdurarem os efeitos da pena;
- 3.3.9. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa ou impedida pelo METRÔ-DF;
- 3.3.10. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa ou impedida por ente da Administração Pública do Distrito Federal com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 3.3.11. Constituída por sócio de empresa declarada inidônea por ente da Administração Pública com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 3.3.12. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa ou impedida pelo METRÔ-DF;
- 3.3.13. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa ou impedida por ente da Administração Pública do Distrito Federal com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 3.3.14. Cujo administrador seja sócio de empresa declarada inidônea por ente da Administração Pública com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 3.3.15. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa ou impedida pelo METRÔ-DF, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.3.16. Empresa suspensa ou impedida por ente da Administração Pública do Distrito Federal com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.3.17. Empresa declarada inidônea por ente da Administração Pública com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.3.18. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa ou impedida pelo METRÔ-DF, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.3.19. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa ou impedida por ente da Administração Pública do Distrito Federal com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.3.20. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa declarada inidônea por ente da Administração Pública com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.3.21. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 3.4. Não poderão participar das licitações do METRÔ-DF empresas sobre as quais pesem penalidades similares aplicadas às supracitadas com lastro na Lei nº 14.133/2021.
- 3.5. O impedimento de participar de licitação e de ser contratado pelo METRÔ-DF também se aplica:
- 3.5.1. Ao próprio empregado ou dirigente do METRÔ-DF, como pessoa física e/ou na condição de licitante;

3.5.2. À empresa cujo administrador ou proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o METRÔ-DF há menos de 6 (seis) meses;

3.5.3. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

I - Dirigente do METRÔ-DF;

II - Empregado do METRÔ-DF cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

III - Autoridade do ente público a que o METRÔ-DF esteja vinculado.

3.5.4. Empresas reunidas em Consórcio, conforme vedação do item 12.1 do Termo de Referência, Anexo I deste edital;

3.5.5. O(s) autor(es) do Termo de Referência, Projeto Básico ou Executivo, pessoa física ou jurídica;

3.5.6. Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante, incluindo os membros da licitação;

3.5.7. Empresa cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Companhia, nos termos do Decreto Distrital nº. 32.751/2011;

3.5.8. Empresa que possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

3.5.9. Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação; empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.5.9.1. No caso de empresas em recuperação judicial e extrajudicial será permitida a participação àquelas cujo plano de recuperação tenha sido acolhido judicialmente na forma do Art 58, da Lei Federal 11.101/2005, com a demonstração de viabilidade econômico-financeira empresarial.

3.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo as seguintes declarações:

3.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

3.6.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.6.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa/SLTI Nº 02, de 11 de outubro de 2010.

#### 4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preços será formalizado conforme minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo III deste edital e terá validade de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

4.2. O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de convocação pelo METRÔ-DF para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário até o segundo dia útil após a convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador;

4.2.1. O não atendimento da convocação para assinar a Ata, sem motivo devidamente justificado e aceito, faz incidir as sanções cabíveis na espécie, conforme regulado na legislação pertinente.

4.3. O sistema de registro de preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

4.4. Durante o prazo de validade do registro de preços o Metrô-DF não ficará obrigado a comprar os materiais objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

4.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando a realização de licitação específica para a contratação pretendida, no entanto, independentemente do direito de preferência a ser exercido pelo beneficiário da ata, a Administração fica obrigada a servir-se da ata se o preço obtido em outra licitação for superior ao registrado (Parecer nº 313/2012-PROCAD/PGDF).

4.6. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados, sendo considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Departamento de Manutenção do Metrô-DF.

4.7. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

4.8. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata deverá convocar os demais fornecedores, caso haja, visando igual oportunidade de negociação.

4.9. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá a revogação da Ata.

4.10. A cada parcela da Ata a ser adquirida, ao efetuar a Solicitação de Compra (SC), deverá ser verificada a disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa antes da assinatura do contrato.

4.10.1. A Diretoria de Operação e Manutenção - DOM (dom@metro.df.gov.br) será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preço decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos participantes, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

4.11. Consideram-se órgãos participantes, aqueles, cujas quantidades necessárias foram estimadas pela Intenção de Registro de Preços.

## 5. DA ADESÃO

5.1. A Adesão à Ata de Registro de Preços poderá ser admitida à sociedade de economia mista, empresas públicas e respectivas subsidiárias, conforme disposto nos artigos 1º e 66, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c artigo 141, § 1º, do RILC-METRÔ-DF e Parecer Jurídico n.º 777/2020 - PGDF/PGCONS da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Distrital nº 44.330/2023.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, na sua totalidade, não poderá exceder, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador.

5.3. As aquisições e/ou contratações adicionais decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, (art. 208 § 1º, do Decreto nº 44.330/2023).

5.4. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

5.5. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

## 6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhada a proposta em conjunto com os Documentos de Habilitação, exclusivamente por meio do sistema COMPRASNET, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, a partir da convocação do Pregoeiro, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento, conforme art. 26 do Decreto 10.024/2019.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. Valor unitário e total do item;

6.6.2. Marca e modelo, se houver; e

6.6.3. Descrição detalhada do objeto, conforme Termo de Referência - Anexo I.

6.7. A ausência do detalhamento da proposta não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

6.8. Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada pelo sistema Comprasnet não excederão a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá

dar-se para menor.

6.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.10. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais, impostos (inclusive, e quando for o caso, o **Diferencial de Alíquota Interestadual de ICM\$**, tributos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura do Pregão, em conformidade ao que estabelece o Parágrafo 3º, do Artigo 48, do Decreto nº 10.024/19.

6.12. Para o correto dimensionamento de sua proposta, a licitante deverá conhecer a íntegra do Termo de Referência, item I deste edital.

## 7. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: **licitacao@metro.df.gov.br**.

7.2. Para que os esclarecimentos sejam respondidos, o peticionário deverá informar sua razão social completa, número de CNPJ, representante legal com a respectiva assinatura eletrônica, telefones e e-mail para contato.

7.3. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital.

7.4. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail informado no item 7.1 ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo Central do Metrô/DF, na Avenida Jequitibá, nº 155, Águas Claras, Brasília-DF, CEP: 71929-540, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 – Aos Cuidados da Divisão de Compras - ARCO.

7.5. As impugnações deverão ser endereçadas ao Pregoeiro, com a citação do número de série do Pregão Eletrônico, contendo, obrigatoriamente, sob pena de não serem conhecidos:

7.5.1. Qualificação completa do peticionário (Razão social, CNPJ, endereço e telefone, em se tratando de empresas, e nome, RG ou CPF, endereço e telefone, em se tratando de cidadãos);

7.5.2. Objeto da petição com a identificação dos atos e documentos questionados e a sua fundamentação;

7.5.3. Fundamentação do Pedido;

7.5.4. Data e assinatura (Nome do signatário e cargo exercido, em se tratando de empresas);

7.5.5. Instrumento público ou particular de procuração (firma reconhecida) acompanhada do contrato social, que credencie o peticionário, para os casos de constituição de representantes.

7.6. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores técnicos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis e/ou impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seus recebimentos.

7.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.8. Excetuam-se da regra do subitem anterior os casos em que a alteração do Edital não

afetar a formulação de propostas.

7.9. Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.

7.10. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.11. As respostas aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão divulgadas no sistema COMPRASNET e vincularão os participantes e o Metrô-DF.

## 8. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste edital.

8.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário ficado para abertura da sessão e as regra estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.11. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação,



inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.11.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.11.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço para o Metrô-DF.

8.11.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Caso a desconexão com o Pregoeiro perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, conforme art. 35 do Decreto Federal nº. 10.024/2019.

8.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática pelo sistema COMPRASNET, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.14.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.14.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio pelo sistema para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

8.15. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate, conforme Art. 120 do Regulamento de Licitações e Contratos do Metrô-DF:

8.15.1. Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

8.15.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

8.15.3. Aqueles critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de

1991, e no § 2º do art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;

8.15.4. Sorteio.

8.16. **O valor estimado do contrato a ser celebrado pelo METRÔ-DF será sigiloso até o início da fase de julgamento dos lances**, conforme art. 42, do Regulamento de Licitações e Contratos do Metrô-DF.

## 9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.1.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

9.1.3. Se depois de adotada a providência referida no item 9.1.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

9.2. O Pregoeiro promoverá a verificação da efetividade da proposta, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

9.2.1. Contenham vícios insanáveis;

9.2.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

9.2.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

9.2.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.4. Encontrem-se acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a fase de negociação;

9.2.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

9.2.6. Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

9.3. A verificação da efetividade dos lances será feita exclusivamente em relação aos lances mais bem classificados.

9.4. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” o prazo de até 2 (duas) horas para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio indicado pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. O preço global e os preços unitários estimados pelo METRÔ-DF constituirão referência máxima para a admissibilidade da proposta após o encerramento da etapa de lances.

9.7. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida neste edital.

9.8. Os licitantes que cumprirem os requisitos para formação do Cadastro Reserva, na forma disposta no § 4º, inciso II, art. 198, do Decreto nº 44.303/2023, terão seus preços registrados, de acordo com a ordem de classificação.

9.8.1. A contratação com fornecedor do Cadastro Reserva ocorrerá somente no caso de exclusão do adjudicatário, nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto nº 44.303/2023, sendo respeitada, em qualquer caso, a ordem de classificação.

9.8.2. A contratação com fornecedor do Cadastro Reserva ocorrerá somente no caso de exclusão do adjudicatário, sendo respeitada a ordem de classificação.

9.8.3. A formação do cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa – CNIA;

10.1.2. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União;

10.1.3. Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do Tribunal de Contas da União – TCU;

10.1.4. Sistema de Cadastro Único de Fornecedores - SICAF;

10.1.5. Portal da Transparência do Distrito Federal.

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da

10.5. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.6. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.7. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

**10.7.1. Habilitação jurídica:**

10.7.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos manuais aprovados pela IN nº. 10/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI);

10.7.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.7.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

10.7.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.7.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.7.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

10.7.2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

10.7.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.7.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.7.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.7.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.7.2.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para empresa sediada, domiciliada ou com filial no Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br).

10.7.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.7.2.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 10.7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.7.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.7.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.7.3.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

a) Os cálculos dos índices poderão ser realizados por meio da Calculadora Financeira disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), utilizando os dados registrados no balanço patrimonial, na forma do subitem 10.7.3.1.

10.7.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **deverão comprovar patrimônio líquido de 10 % (dez por cento) do valor constante da sua proposta de preços**. A comprovação será feita por meio de balanço na forma do subitem 10.7.3.1.

#### 10.7.4. **Habilitação Técnica**

10.7.4.1. As empresas participantes deverão comprovar experiência por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica emitida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de objetos compatíveis em características com o objeto descrito no Termo de Referência, nos termos do item 21 do ANEXO I – Termo de Referência.

10.8. A licitante deverá apresentar **Certidão negativa de feitos sobre falência recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida por distribuidor da sede da pessoa jurídica**, com data de expedição ou revalidação nos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a sessão de abertura da licitação, caso o documento não consigne o seu prazo de validade.

10.9. Caso a licitante seja **optante pelo recolhimento das contribuições previdenciárias sobre o valor da receita bruta**, Instrução Normativa RFB nº. 1.436/2013, deverá apresentar declaração, sob as penas da Lei, conforme Modelo de Declaração – ANEXO II deste edital.

10.10. A Licitante deverá **declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade** previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, dispondo sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, conforme Modelo de Declaração – ANEXO II deste edital.

10.11. A licitante **deverá apresentar a Declaração do Fornecedor nos termos do art. 84, parágrafo único, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF** Modelo de Declaração - ANEXO II deste edital.

10.12. A licitante deverá apresentar a **Declaração que não incorre nas vedações previstas no Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019**, conforme Modelo de Declaração - Anexo II deste edital, que dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação.

10.13. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

10.14. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação,

seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer momento, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de licitação, vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, para o respectivo item, deverá encaminhar, **no prazo de até 2 (duas) horas** contados da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, a proposta de preço adequada ao último lance ou valor negociado.

11.1.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro convocará documentação complementar à proposta e/ou habilitação, a serem apresentados no prazo consignado no item anterior, de forma a comprovar o atendimento às exigências deste edital, conforme art. 43, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019.

11.2. Havendo a necessidade de diligência complementar, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados a qualquer momento em original, por cópia autenticada, ou original acompanhada de cópia para autenticação por servidor da Administração. Nesse caso, os documentos deverão ser protocolados, no prazo de até 3 (três) dias úteis após notificação do Pregoeiro, junto à Divisão de Compras - ARCO da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF, localizada no térreo do Centro Administrativo e Operacional - CAO, sito à Avenida Jequitibá nº 155 (Águas Claras) - Brasília-DF, CEP: 71.929-540.

11.3. A **forma física da proposta** a ser anexada ao sistema deverá estar em **conformidade ao Anexo VIII do Anexo I - Termo de Referência**, em papel timbrado da licitante, e:

11.3.1. Ser impressa em língua oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, conter nome da proponente, endereço completo, telefone, número do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal;

11.3.2. Conter o valor unitário e total para o item cotado, em moeda nacional, já considerado e incluso todos os custos necessários tais como impostos (inclusive, e quando for o caso, o **Diferencial de Alíquota Interestadual de ICM**), taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, para entrega no local indicado no Termo de Referência - Anexo I deste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

11.3.2.1. Nos preços unitários e no valor total de cada item deverão ser utilizadas 2 (duas) casas decimais, não podendo extrapolar o valor arrematado na sessão pública.

11.3.3. Conter as especificações do objeto de forma a demonstrar que atendem as

exigidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste edital, e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as constantes deste edital, prevalecerá às últimas;

11.3.4. Conter o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

11.3.5. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, observado o disposto no subitem 18.1 deste edital;

11.3.6. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.

**11.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta, documentação solicitada ou amostra, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.**

11.5. O Pregoeiro examinará, juntamente com a área demandante, a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado, conformidade com as especificações técnicas do objeto licitado e com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, devendo ser desclassificada de forma motivada a que estiver em desacordo.

11.5.1. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço por item**, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste edital.

11.5.1.1. Para efeito de julgamento serão considerados os valores unitários como critério para classificação, uma vez que não serão aceitos valores unitários acima do estimado.

11.5.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.6. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por conveniência e oportunidade Administrativa, devendo ser solicitada justificadamente por escrito, antes de findo o prazo estabelecido, através do e-mail: **licitacao@metro.df.gov.br**, ou em campo próprio disponibilizado pelo sistema Comprasnet.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão para solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do METRÔ-DF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.9. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. Após a aceitação da proposta e também após a comprovação da habilitação da empresa o Pregoeiro declarará o vencedor e, após decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá prazos de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.



12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal através do e-mail: **licitacao@metro.df.gov.br**.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 14. DA VIGÊNCIA DA ATA, DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, será firmada a **Ata de Registro de Preços**, com o fornecedor primeiro colocado e com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos, conforme preceitua o art. 198, § 4º, inciso II, do Decreto Distrital nº 44.330/2023. O prazo de **vigência da ata será de 12 (doze) meses** a contar de sua assinatura, prorrogável por igual período, de acordo com o item 8.2.3 do Termo de Referência - Anexo I deste edital.

14.2. A Contratação será formalizada por meio de **Termo de Contrato ou instrumento equivalente**, que estará vinculado à Lei nº 13.303/2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF aos preceitos de Direito Público e as demais Normas de Direito Público aplicáveis, e terá **vigência de 90 (noventa) dias**, contados da data de sua assinatura, de acordo com o item 13.2 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

14.3. O METRÔ-DF emitirá o contrato e convocará por e-mail as outras partes contratuais para sua assinatura, que deverá ser realizada em até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 19 deste edital.

14.3.1. Para efeito de assinatura do contrato a licitante vencedora deverá cadastrar-se como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Distrito Federal ("SEI-DF").

14.4. O prazo previsto no subitem 14.3 poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo METRÔ-DF.

14.5. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 14.3, é facultado ao METRÔ-DF convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.

14.6. O descumprimento para a assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades aludidas neste edital, observando-se que, no caso de aplicação de multa, esta será de 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta.

14.6.1. O disposto neste subitem não se aplica aos licitantes que, convocados nos termos do subitem 14.5, não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto a prazo e preço.

14.7. A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar o objeto desta contratação, conforme vedação do item 12.1 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

14.8. Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da licitante vencedora a prestação de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em nome do METRÔ-DF, em até 15 (quinze) dias após a data da assinatura do contrato, uma das seguintes modalidades de garantia, conforme estipulado no art. 178 do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF:

14.8.1. Caução em dinheiro;

14.8.2. Seguro-garantia;

14.8.3. Fiança bancária.

14.8.3.1. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança, fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

14.8.3.2. No caso da escolha da garantia contratual na modalidade fiança bancária, será obrigatório a comprovação por parte da contratada de que o fiador é instituição financeira autorizada a operar com o Banco Central do Brasil.

14.9. A garantia escolhida pela Contratada deverá ser complementada sempre que houver defasagem em relação ao valor inicial, sendo tal complemento apresentado ao Contratante, quando da entrega das faturas correspondentes, como condição para o recebimento destas e deverá abranger toda a vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias.

14.9.1. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato a ser firmada com a Contratada, a garantia deverá ser renovada, mantendo-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, atualizado, e nas mesmas condições e prazos estabelecidos no item 14.9.

14.10. A garantia assegurará o pagamento de:

14.10.1. Quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros em razão do não cumprimento ou cumprimento insatisfatório do contrato, incluindo-se as obrigações acessórias;

14.10.2. Quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros em razão de omissão ou ato praticado com dolo ou culpa durante a execução do contrato;

14.10.3. Multas contratuais aplicadas ao contratado;

14.10.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, de responsabilidade do contratado, quando não honradas com pontualidade.

14.11. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída nas seguintes hipóteses:

14.11.1. Execução integral e satisfatória do objeto do contrato, atestada pelo gestor do contrato sem qualquer ressalva;

14.11.2. Decurso do prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato sem que haja comunicação de sinistro ou retenção cautelar de valores por parte do METRÔ-DF, ainda que em fase de apuração.

- 14.12. A devolução da caução em dinheiro deverá ser acrescida de correção monetária.
- 14.13. O envio de notificação pelo METRÔ-DF durante o prazo abrangido pela garantia contratual, indicando a ocorrência de eventual sinistro já apurado ou ainda a ser apurado, impedirá a liberação da garantia e obrigará a instituição bancária ou securitária ao pagamento de indenização pelas responsabilidades apuradas.
- 14.14. O atraso na apresentação de garantia ou de reforço de garantia poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, inclusive a rescisão do contrato.
- 14.15. O comprovante de recolhimento de qualquer das garantias de que trata o item 14.8, deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato.
- 14.16. A garantia escolhida pela Contratada poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do contrato, com anuência do METRÔ-DF.

## 15. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 15.1. O objeto será executado nas condições, prazo e local indicados no item 13.2 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.
- 15.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo deverá ser feita por escrito, devidamente protocolada no METRÔ-DF, dentro do prazo fixado para a execução, sendo liminarmente indeferido o pedido que não observar estas condições.

## 16. DO REAJUSTAMENTO

- 16.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a ata, nos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 16.2. Por oportunidade da contratação do objeto registrado, o reajustamento de preços poderá ocorrer a cada 12 (doze) meses, a contar da data-base ou do último reajustamento de preços, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, divulgado pelo IBGE ou outro que venha a substituí-lo, apurado no período, mediante a apresentação de requerimento fundamentado e tempestivo.
- 16.2.1. A existência de disponibilidade orçamentária é condição essencial para a concessão do reajustamento de preços pela via administrativa, sem prejuízo de sua concessão posterior e pagamento retroativo quando houver disponibilidade orçamentária, devidamente atualizado monetariamente.
- 16.2.2. A ausência de requerimento de reajustamento de preços importará em renúncia do contratado ao direito relativo ao período anterior aos últimos doze meses, sendo-lhe permitido realizar requerimento provisório na ausência de divulgação de índices inflacionários ou de termos de negociação coletiva.
- 16.2.3. A data-base será considerada a data da apresentação da proposta pelo contratado.

## 17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1. Constituem **obrigações e responsabilidades da Contratante**, além daquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital:
- 17.1.1. Designar empregado(s) ou comissão gestora para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, por meio de instrução de serviços;

17.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

17.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

17.1.6. O METRÔ-DF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.1.7. Instituir comissão, de no mínimo três membros, para o recebimento dos bens.

17.2. Constituem **obrigações e responsabilidades da Contratada**, além das estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital:

17.2.1. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

17.2.2. Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

17.2.3. Observar as disposições legais que regulem o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços objeto da licitação;

17.2.4. Coordenar a execução dos serviços de comum acordo com o METRÔ-DF, considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos, em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Anexo I deste edital, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;

17.2.5. Responsabilizar-se por todos as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;

17.2.5.1. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais não transfere ao METRÔ-DF a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

17.2.5.2. Constatada eventual inadimplência do contratado, é facultado ao METRÔ-DF realizar o pagamento diretamente aos trabalhadores, ou consignar o pagamento em juízo descontado do valor de eventual retenção cautelar para pagamento de eventual multa contratual que venha ser aplicada ao contratado.

17.2.6. Manter durante a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos;

17.2.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou ao METRÔ-DF, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na

execução do contrato, conforme art. 76 da Lei 13.303 de 30/06/2016 e art. 168 do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF;

17.2.7.1. O contratado responderá por ação ou omissão de seus colaboradores, assim compreendidos, de modo exemplificativo, os seus sócios, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, prepostos, empregados, gerentes de contrato, responsáveis técnicos, procuradores, consultores, assessores e fornecedores subcontratados.

17.2.8. Ressarcir o METRÔ-DF por quaisquer valores que receber em decorrência de enriquecimento ilícito por sobrepreço, superfaturamento ou por qualquer outro meio, independentemente de dolo ou culpa, desde que precedidos de processo administrativo com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

17.2.9. Toda informação que o contratado obtiver em razão do contrato firmado com o METRÔ-DF será considerada informação confidencial, sendo que o contratado não poderá prestar nenhuma informação sobre o contrato e fatos ocorridos durante a sua execução a terceiros sem a anuência prévia e escrita do METRÔ-DF;

17.2.9.1. A divulgação de informação confidencial pelo contratado sem autorização do METRÔ-DF é considerada descumprimento grave do contrato e poderá dar azo à aplicação de sanções e à rescisão contratual.

17.2.9.2. Ainda que o METRÔ-DF tenha o dever legal de divulgar informação, o contratado não poderá divulgá-la sem a anuência do METRÔ-DF ou sem que este já tenha dado publicidade à informação, sob pena de quebra de confidencialidade.

17.2.9.3. Não configura violação da confidencialidade quando o contratado prestar informações a órgãos de controle ou a autoridade judicial, desde que, não havendo proibição expressa, tenha informado o METRÔ-DF da citação, intimação ou notificação que receber em prazo hábil para que se defenda e tome as providências cabíveis.

17.2.10. É vedado ao contratado ceder quaisquer direitos ou obrigações decorrentes do contrato, ou dar seu crédito em garantia de outro negócio jurídico, sem a anuência prévia e escrita do METRÔ-DF;

17.2.10.1. A violação a este artigo é considerada descumprimento grave do contrato e poderá dar azo à aplicação de sanções e à rescisão contratual.

17.2.11. Cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015 e pelo Decreto nº 37.296/2016, ou pela legislação correlata superveniente, no que for aplicável.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011 e Art. 148, § único do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF.

18.1.1. Excetua-se desta obrigatoriedade as empresas de outros Estados da Federação que, comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso indicar o número de sua conta-corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário.

18.2. O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias**, contados a partir da entrega da Fatura/Nota Fiscal no protocolo do METRÔ-DF, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento e que tenham sido cumpridas as exigências contratuais e administrativas da Contratante.

18.2.1. Se a documentação de cobrança estiver incompleta ou conter erros ou incorreções, o prazo para pagamento será recommençado a partir da data de sua reapresentação, desde que o atesto já tenha sido realizado.

18.2.2. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

18.2.3. É vedado o pagamento antecipado por objeto contratual não executado.

18.2.4. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar ao METRÔ-DF os seguintes documentos em plena validade, junto com a Nota Fiscal:

18.2.5. Autorização de Faturamento – AF emitida pelo gestor ou comissão gestora do contrato, se for o caso;

18.2.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

18.2.7. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

18.2.8. Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Fazenda Pública do Distrito Federal, se tiver sede ou filial no Distrito Federal; e

18.2.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

18.2.10. O CONTRATADO fica obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-E, modelo 55, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de outubro de 2011, conforme dispõe o Protocolo ICMS 42, de 3/07/2009, com redação dada pelo Protocolo ICMS 33/2011.

18.2.11. Em caso de atraso no pagamento sem justo motivo, o débito será acrescido de correção monetária pelo IPC-A/IBGE, salvo disposição em contrário no Edital ou contrato, e juros de mora legais, calculados *pro rata temporis*.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e RILC - Metrô-DF, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

19.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.4. Não manter a proposta;

19.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.7. Cometer fraude fiscal;

19.1.8. Declarar informações falsas;

19.1.9. Participar da licitação quando estiver sujeito a vedação ou impedimento;

19.1.10. Deixar de entregar documentação exigida para o procedimento, depois apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

19.1.11. Cometer crime previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. Nos termos da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF, pela inexecução total ou parcial do contrato, pela execução extemporânea de obrigações contratuais, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, pelo retardamento do início da execução do contrato, pelo comportamento fraudulento ou inidôneo do contratado e por outras ações ou omissões previstas no contrato e seus anexos, o METRÔ-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

19.3.1. Advertência;

19.3.2. Multa;

19.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o METRÔ-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.3.4. As sanções previstas nos subitens 19.3.1 e 19.3.3 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção do subitem 19.3.2.

19.3.5. A aplicação das sanções previstas neste artigo não impede a rescisão do contrato e não exime o contratado da responsabilidade de ressarcir e/ou indenizar o METRÔ-DF e/ou terceiros por eventual enriquecimento sem causa, lucros cessantes e/ou perdas e danos.

19.4. As sanções previstas no subitem 19.3.3, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com o Metrô - DF:

19.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o METRÔ-DF em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. Toda sanção só poderá ser aplicada após regular processo administrativo, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento de notificação, onde deverão estar indicados os fundamentos de fato e de direito e as sanções que se pretende aplicar.

19.5.1. A multa será descontada de eventuais pagamentos devidos ao contratado e/ou da garantia contratual.

19.5.2. Se a multa for de valor superior ao valor de eventuais pagamentos devidos e da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, mediante cobrança judicial.

19.6. A multa terá os seguintes percentuais como parâmetro padrão:

19.6.1. 0,08% (zero virgula zero oito por cento) por dia, sobre o valor atualizado do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), em caso de descumprimento da obrigação de implementar e manter Programa de Integridade, quando for o caso;

19.6.2. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou na execução dos serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

19.6.3. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos materiais e/ou na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do METRÔ-DF, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

19.6.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento dos prazos de entrega, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos subitens 19.6.2 e 19.6.3 deste artigo;

19.6.5. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo METRÔ-DF, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

19.6.6. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

19.6.6.1. O tempo de atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal no METRÔ-DF, ou no primeiro dia útil seguinte.

19.6.6.2. O atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade faz cessar a aplicação da multa prevista no subitem 19.6.1, sem prejuízo da cobrança pelo período de efetivo descumprimento.

19.7. É assegurado ao METRÔ-DF o direito de realizar retenções cautelares de pagamentos devidos enquanto perdurar os procedimentos administrativos para a aplicação de sanções.

19.8. O prazo de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o METRÔ-DF deverá ser arbitrado ao licitante ou contratado de acordo com o seguinte:

19.8.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, o contratado permanecer inadimplente;

19.8.2. Por até 90 (noventa) dias, quando deixar de entregar no prazo estabelecido no Edital os documentos e anexos exigidos em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico;

19.8.3. Por até 12 (doze) meses, quando o licitante, na modalidade pregão, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.8.4. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando o licitante e/ou contratado:

19.8.4.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

19.8.4.2. Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do procedimento de escolha de terceiros;

19.8.4.3. Não efetuar o pagamento de multas aplicadas pelo METRÔ-DF.

19.9. A competência para aplicar as sanções previstas neste Item é do Diretor da Unidade Demandante, cabendo recurso contra a sua decisão, dirigido ao Diretor-Presidente do METRÔ-DF, no mesmo prazo oferecido para defesa prévia, a contar da data do recebimento da notificação da decisão pelo contratado.

19.9.1. A decisão deverá ser fundamentada, inclusive quanto à proporcionalidade da



sanção aplicada em função da natureza e da gravidade da falta cometida.

19.9.2. Se a Unidade Demandante estiver diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, o recurso será julgado pela Diretoria Colegiada do METRÔ-DF.

19.10. O METRÔ-DF deverá informar os dados relativos às sanções aplicadas a contratados, de forma a manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.10.1. O fornecedor incluído no cadastro referido no item 19.10 não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.

19.10.2. Serão excluídos do cadastro referido, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra eles promovida.

19.11. As penalidades aplicadas pelo METRÔ-DF deverão ser igualmente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Instrução Normativa/SLTI Nº 02, de 11 de outubro de 2010.

19.11.1. A exclusão de registro de penalidade se dará de acordo com as normas aplicáveis a cada sistema de cadastro de fornecedores.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.8. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço [www.metro.df.gov.br](http://www.metro.df.gov.br).

20.9. As partes contratantes se comprometem a respeitar integralmente a Lei Anticorrupção

(Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), sujeitas aos procedimentos e às penalidades do Decreto Distrital nº 37.296, 29 de abril de 2016, aplicando-se à parte faltosa todas as responsabilidades e sanções previstas na lei em comento e nas demais normas do direito brasileiro, responsabilizando-se o contratado pelos atos praticados por seus sócios ou acionistas, diretores, administradores, procuradores, representantes legais, consultores, empregados e prepostos em geral, observados os limites da lei.

20.10. As partes contratantes observarão as disposições do Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024, em relação a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

20.11. As partes contratantes declaram conhecimento quanto ao Código de Conduta e Código de Ética do METRÔ-DF, disponíveis no site [www.metro.df.gov.br](http://www.metro.df.gov.br), com vistas a manter a transparência, segurança jurídica e a simetria de informações sobre as negociações do METRÔ-DF, de acordo com as boas práticas de governança e integridade.

20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 20.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 20.12.2. ANEXO II – Modelo de Declarações;
- 20.12.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 20.12.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato;
- 20.12.5. ANEXO V – Matriz de Riscos.

20.13. Fica estabelecido o Foro de Brasília – DF para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Pregão Eletrônico, se esgotadas as vias amigáveis.

20.14. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília/DF, 22 de outubro de 2024.

*Documento assinado eletronicamente*

KLAUS VILAR WURMBAUER

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **KLAUS VILAR WURMBAUER - Matr.0000307-7, Pregoeiro(a)**, em 22/10/2024, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=154350133)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=154350133)  
verificador= **154350133** código CRC= **4B599BC6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929540 -  
Telefone(s):



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA DECLARAÇÃO DO OBJETO

1.1. O Termo de Referência, ora apresentado, delimita os objetivos e as diretrizes técnicas a serem observadas para o **Fornecimento com instalação, incluindo materiais, insumos e mão-de-obra, de, aproximadamente, 129 (cento e vinte e nove) aparelhos de ar condicionado tipo split e 08 (oito) de Janela - ACJ, com etiqueta energética "A" ou "B" visando atender, principalmente, as Salas Técnicas do Metrô-DF**, conforme especificado neste Termo de Referência, visando atender as necessidades do Metrô-DF. A presente Contratação decorre do Planejamento Estratégico do METRÔ-DF, através da Medida *"Aprimorar os Serviços de Operação e Manutenção"*, bem como da Medida *"Buscar Responsabilidade Social e Sustentabilidade"*, Ação *"Reformar Edificações e Infraestrutura Metroviária"*, conforme especificações técnicas e critérios estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, para os aparelhos descritos na tabela do capítulo 5.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização. Neste ponto, o Contrato nº 014/2017, referente a manutenção do sistema de condicionamento de ar, consegue atender as recomendações do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 3.523/98, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

2.2. O transporte metroviário, para sua segurança, precisa de eficiência no controle de temperatura nas Salas Técnicas de forma a evitar problemas no Sistema de Sinalização e Controle - SCT dos trens. Em outras palavras, é importante a necessidade da manutenção de temperatura adequada em salas técnicas, salas de servidor e no CCO, para o funcionamento correto de todo o SISTEMA. Em caso de temperaturas elevadas, pode-se ter no Sistema de Sinalização e Controle causando, por consequência, riscos a operação metroviária.

2.3. O Metrô-DF possui aparelhos de ar condicionado em obsolescência e com a eficiência reduzida com o uso de mais de 15 anos que precisam ser substituídos. Tais equipamentos são imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades deste METRÔ-DF, uma vez que proporcionam o bem-estar, saúde e conforto térmico aos funcionários desta Companhia e usuários dos prédios, além daqueles fundamentais pelo funcionamento direto do SCT. Ademais, devido as mudanças de layout no Edifício Sede desta Procuradoria, com a criação de novos espaços por meio de divisórias, torna-se necessária a reinstalação dos aparelhos retirados das Salas Técnicas, com vistas a garantir a funcionalidade e conforto dos empregados do Metrô-DF.

2.4. A utilização de aparelhos com longo período de uso acarreta em gastos maiores com manutenção, incluindo troca de peças, além de provocar um acréscimo no consumo de energia. Percebe-se que, em alguns casos, se tem dificuldade de encontrar peças de reposição no mercado de forma que o funcionamento dos aparelhos fica comprometido. Tais aparelhos retirados e reinstalados internamente terão uso reduzido uma vez que servirão para suplementar o Sistema de condicionamento de ar já existente.

2.5. Sob o ponto de vista da qualidade do ar, em consonância com a normatização abordada no item 2.1, apesar do contrato nº. 014/2017 atender ao esperado, o sistema de ar central do CAO está ineficiente devido as mudanças constantes de layout, sendo necessário o remanejamento de aparelhos para alguns ambientes, visando propiciar o bem-estar da coletividade e do indivíduo, bem como garantir a função social das edificações públicas, o METRÔ-DF tem a obrigação de assegurar condições de trabalho aos empregados.

2.6. Sob o ponto de vista contratual, o Contrato nº 014/2017, manutenção do sistema de condicionamento de ar, encontra-se em seu terceiro ano atendendo aos requisitos. Entretanto, alguns aparelhos estão com baixa eficiência e em obsolescência, fazendo-se necessária nova aquisição o bom funcionamento dos equipamentos do Sistema de SCTs, aumentando a disponibilidade e segurança sistema por se tratarem de equipamentos novos com peças disponíveis no mercado.

2.7. Diante do exposto, se faz necessária a substituição dos aparelhos antigos e o remanejamento de acordo com a potência adequada para cada ambiente.

### 3. DO OBJETIVO

3.1. A presente contratação visa atender às necessidades de qualidade de ar e conforto térmico nas dependências do METRÔ-DF, além disso:

3.1.1. Garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos das salas técnicas, assegurando que os parâmetros de temperatura e controle de umidade estejam nos limites e especificações do fabricante dos mesmos.

3.1.2. Manter condições das recomendações do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 3.523/98, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

3.1.3. Manter adequadamente a operação dos aparelhos e diminuir os custos relacionados a manutenção, diminuindo o tempo de parada, bem como proporcionar a diminuição do consumo de energia elétrica nas Estações e no Complexo Administrativo e Operacional – CCO da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF.

### 4. DAS REFERÊNCIAS E DIRETRIZES

4.1. Conceitos: São definidos aqui alguns conceitos relativos às atividades de manutenção que são utilizados neste documento e nos anexos e que deverão ser empregados pelas PROPONENTES na formulação de suas propostas, bem como na atuação do Contrato.

4.1.1. Sistema: Conjunto de objetos, estruturalmente organizados em um projeto e entre os quais se pode encontrar ou definir uma relação que permite ao todo cumprir uma função complexa;

4.1.1.1. Ao longo deste documento, nos anexos e Editais, o termo SISTEMA (maiúscula) poderá ser utilizado para definir tanto um sistema, como eventualmente um subsistema, uma instalação, equipamento ou mesmo todo o conjunto, diferenciação a ser feita dentro do contexto.

4.1.2. Subsistema: Divisão ou decomposição dos sistemas em conjunto de partes que agrupam equipamentos da mesma natureza ou função. Exemplo: Central de ar e toda a parte mecânica a de infra estrutura dos equipamento envolvidos.

4.1.3. Instalações: São elementos ou espaços físicos que estabelecem as ligações ou relações entre as diversas partes de um SISTEMA. Exemplos: Fiação, eletrodutos, cabos e postes.

4.1.4. Equipamento: Objeto que possui função autônoma que, quando associado a outros equipamentos e instalações, passam a se constituir em sistema que, em geral, como um todo, tem função distinta. Exemplos: aparelho de condicionamento de ar tipo split, aparelho de condicionamento de ar tipo ACJ.

4.1.4.1. Geralmente em áreas não operacionais destina-se a auxiliar a execução de tarefas tais como acessar, transportar, levantar, manufaturar, limpar, parafusar, lubrificar, comunicar, etc. Exemplos: escada, empilhadeira, macaco, ponte rolante, torno, prensa, aspirador, parafusadeira,

almotolia, transceptor, bomba de vácuo, cilindros de gases, kit para solda oxiacetilênica.

4.1.5. Componentes: Itens ou partes indivisíveis sob o aspecto de manutenção que são agrupados fisicamente em um equipamento. Como exemplos, pode-se citar: engrenagens, eixos, rolamentos, capacitores, diodos, ventoinha, tabique, sensor, aletas.

4.1.6. Sistema de Gerenciamento de Manutenção – ENGEMan: sistema de planejamento e controle da manutenção utilizado no METRÔ-DF para a realização de abertura de Solicitações de Serviços (SS), execução e registro de Ordens de Serviço (OS), bem como todo o planejamento e controle das atividades dos subsistemas que compõem a estrutura do METRÔ-DF.

4.1.7. Centro de Informações da Manutenção – CIM: Núcleo responsável pelo recebimento, tratamento e distribuição das informações relacionadas às ocorrências de manutenção e Ordens de Serviços em todos os sistemas. Atua como interface entre as áreas de Operação, Manutenção e Fiscalização. É de sua responsabilidade a interface, junto à T-PAC, das manobras de Trens e AMV no Pátio Águas Claras.

4.1.8. Operação: A operação do sistema consiste no estabelecimento de todos os padrões operacionais, configurar e inserir estes parâmetros no sistema informatizado da CONTRATANTE, controlar e monitorar a situação operacional de todos os equipamentos e atender a chamados dos usuários, visando manter os parâmetros de funcionalidade e segurança dos equipamentos dispostos no presente Termo de Referência.

4.1.9. Ensaio: Verificação ou identificação das características de um objeto, mediante método que requer o uso de instrumento e condições locais especiais de controle.

4.1.10. Inspeção: Observação visual ou com instrumentos da conformidade ou não de um objeto ou de suas características com norma, especificação ou padrão preestabelecido.

4.1.11. Teste: Consiste nas ações necessárias para constatar desempenho do SISTEMA, equipamento ou componente quanto ao funcionamento ou estado em relação a padrões preestabelecidos.

4.1.12. Revisão: Esquema de manutenção programada segundo a vida útil prevista e garantia que visa a colocar um equipamento dentro das especificações, originais ou atualizadas. Tal esquema envolve a desmontagem total do equipamento, a limpeza profunda de componentes e peças, a inspeção de todos eles, os reparos, a substituição de alguns componentes e peças, incorporação de eventuais modificações, montagens, testes e certificado de serviço.

4.1.13. Serviço: Resultado da atividade humana que, sem assumir a forma de um bem material, satisfaz a uma necessidade (trabalho feito para outro). Exemplo: transporte.

4.1.14. Processo: Conjunto de tarefas interligadas e sucessivas com início e final definidos, através dos quais se objetiva um resultado.

4.1.15. Tarefa: Série de atividades ordenadas, que faz parte de um processo.

4.1.16. Atividade: Ação ou trabalho específico dirigido para a execução de uma tarefa. As Atividades Críticas podem ser definidas como a relação das ações básicas e mais importantes a serem seguidas para a execução de uma tarefa.

4.1.17. Assistência Técnica em Garantia: Atividade(s) desenvolvida(s) pelo fabricante, fornecedor, etc. dos Sistemas, visando à reparação de eventuais falhas de fabricação e montagem dos Sistemas, equipamentos, componentes, etc. em garantia. Nesta atividade a contratada não tem compromisso de prazo para a correção da falha e consequentemente com a disponibilização do equipamento à Operação, tendo em vista condições ajustadas serão do fornecedor ou fabricante.

4.1.18. Modernização: Atividade realizada em Sistemas, equipamentos ou parte destes que se caracteriza pela substituição ou inclusão de equipamentos, peças, partes ou componentes, seja por motivos de obsolescência ou de melhoria de desempenho, conforto e/ou segurança. Na Modernização, poderão ser alteradas características originais de projeto e realizadas as devidas adequações aos respectivos Sistemas, observadas as necessidades e/ou funções operacionais dos mesmos.

4.1.19. Calamidade: Evento catastrófico, desastroso, normalmente imprevisível, caracterizado pela impossibilidade de controle dos fatores causadores do mesmo (exemplo: deslizamento de terra, inundações etc).

4.1.20. Acidente: Evento anormal, normalmente não intencional, caracterizado pelos danos pessoais, financeiros e/ou materiais dele decorrentes (exemplo: descarrilamento de trem etc).

4.1.21. Vandalismo: Evento de roubos, danos e/ou destruição do patrimônio (exemplo: depredação de vidros e espelhos; roubo de cabos de energia etc).

4.1.22. Degradações Advindas de Causas Externas: Acidentes e/ou incidentes cuja causa se dá por ações advindas de terceiros (exemplo: acidente automobilístico externo ao METRÔ-DF que cause algum tipo de impacto a algum Sistema).

4.1.23. Dispositivo: Ferramenta auxiliar destinada à execução de tarefa específica e única que, geralmente, devido às características próprias de aplicação, não se encontra disponível no mercado, portanto, requer projeto específico para sua obtenção. Exemplos: gabaritos, bases de apoio e elementos para auxílio de fixação e movimentação.

4.1.24. Simulador: Equipamento destinado a reproduzir as condições normais de funcionamento de um determinado sistema, subsistema ou equipamento com o objetivo de reparar e testar os reparos realizados em qualquer subconjunto do principal.

4.1.25. Ferramenta: Objeto destinado à execução de tarefas específicas tais como aparafusar, raspar, furar, cortar, bater, socar, rebocar, limar, etc. Exemplos: chave de fenda, talhadeira, broca, pastilha de metal duro, martelo, colher de pedreiro, lima, etc.

4.1.26. Instrumento: Equipamento destinado à indicação ou registro de grandezas físico-químicas. Exemplo: torquímetro, paquímetro, osciloscópio, freqüencímetro, registrador gráfico, ultrassom, etc.

4.1.27. Lista (Catálogo) de Peças: Documento que fornece as informações necessárias para identificar através de ilustrações em vista explodida e listas de descrição, as peças integrantes de um sistema, subsistema ou equipamento, com as devidas quantidades e códigos de referência.

4.1.28. Sobressalentes: Designação atribuída aos componentes dos equipamentos constantes do Catálogo de Peças (ou ao próprio equipamento quando ele fizer parte de um SISTEMA maior) de acordo com o consumo, desgaste ou importância das peças dentro do SISTEMA, os quais devem ser preservados em almoxarifado para cobrir necessidades de manutenção.

4.1.29. Manual de Manutenção: Documento que reúne o conjunto de orientações gerais para a manutenção dos diversos SISTEMAS, equipamentos e instalações operacionais ou de suporte, podendo utilizar-se dos dados contidos na documentação de projeto. Tais orientações, reunidas em diferentes fascículos ou tipos de documentos, indicam o conjunto de instruções e procedimentos necessários, inclusive quanto à segurança do trabalho, que devem ser obedecidos em cada caso.

4.1.30. Memorial Descritivo: Documento que identifica o equipamento, ou subsistema ou sistema e fornece as informações quanto à função, aplicação no conjunto maior, quantidade instalada, localização, características técnicas e de funcionamento para diferentes níveis, quer seja sistema, subsistema, equipamento ou componente.

4.1.31. Relatório de Defeitos e Causas Prováveis: Documento que fornece as árvores de defeitos, com vistas a facilitar a pesquisa, quando a complexidade exigir ou fornecer uma relação de prováveis causas, em função dos defeitos característicos apresentados pelo sistema, subsistema, equipamento ou componente.

4.1.32. Procedimento Operacional ou Operacional Conjunto: Documento que estabelece regra, critério ou descreve fluxo de trabalho, em caráter permanente, podendo fazer referência a Norma do METRÔ-DF, Norma Técnica, Especificação Técnica, Manual de Operação ou Manual de Manutenção do fabricante ou do fornecedor. Sua vigência é por prazo indeterminado. Sua alteração ocorre com a homologação de nova revisão ou substituição por outro Procedimento. Seu cancelamento ocorre por meio de Comunicado.

4.1.33. Rotina Operacional: É o documento cuja finalidade é tratar de forma minuciosa os

assuntos intrínsecos a cada um das superintendências de Operação e de Manutenção do METRÔ-DF, podendo estar subordinado a uma Norma, Procedimento Operacional, Procedimento Operacional Conjunto ou manual de fabricante/fornecedor. Sua vigência é por prazo indeterminado. Sua alteração ocorre com a homologação de nova revisão ou substituição por outra Rotina. Seu cancelamento ocorre por meio de Comunicado.

4.1.34. Procedimento de Remoção e Instalação: É o documento que descreve, na sequência adequada e através de ilustrações com vistas explodidas, os passos para a execução das atividades de remoção e instalação dos equipamentos ou componentes, incluindo a especificação de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários em cada passo, sempre que a complexidade das atividades assim o exigir.

4.1.35. Procedimento de Desmontagem e Montagem: Documento que descreve, na sequência adequada e através de ilustrações com vistas explodidas, os passos para execução das atividades de desmontagem e montagem dos equipamentos em seus componentes ou estes em seus subcomponentes, incluindo a especificação de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários em cada passo, sempre que a complexidade das atividades assim o exigir.

4.1.36. Procedimento de Inspeção, Ajuste e Teste: Documento que descreve na sequência adequada e através de ilustrações os passos para a execução das atividades de inspeção, ajuste e teste, referenciando norma específica, caso exista, incluindo as especificações de instrumentos, ferramentas, dispositivos e materiais de consumo utilizados em cada passo, sempre que a complexidade das atividades assim o exigir.

4.1.37. Procedimento de Serviços Complementares: Documento que fornece as informações necessárias para as atividades que por características próprias não se enquadram nos demais tipos de procedimentos, tais como: métodos genéricos para detecção de defeitos ou específicos para reparos, limpeza e lubrificação.

4.1.38. Procedimento de Armazenagem e Preservação: Documento que fornece as informações necessárias que devem ser obedecidas para armazenar e preservar os equipamentos e materiais em condições adequadas de uso durante o período de estocagem (pela manutenção) ou inoperância (pela montagem) para a garantia de sua futura utilização. Inclui a especificação de instrumentos, ferramentas, dispositivos especiais e recursos humanos necessários aplicáveis em cada caso.

4.1.39. Disponibilidade de Equipamentos: Representa a oferta de um determinado equipamento para utilização pela operação comercial, ou seja, de 05h30min às 23h30min, de segunda a domingo e feriados.

4.2. Terminologias Importantes

4.2.1. CAO – Centro Administrativo e Operacional;

4.2.2. CIM – Centro de Informação da Manutenção;

4.2.3. CCO – Centro de Controle Operacional;

4.2.4. CSO – Corpo de Segurança Operacional;

4.2.5. ONEDI – Núcleo de Edificações;

4.2.6. OGVPE – Gerência de Manutenção de Via Permanente e Edificações;

4.2.7. SMT – Superintendência de Manutenção;

4.2.8. SR – Subestação Retificadora;

4.2.9. SA – Subestação Auxiliar;

4.2.10. CTL – Estação Central;

4.2.11. GAL – Estação Galeria;

4.2.12. 102 – Estação 102 Sul;

4.2.13. 104 – Estação 104 Sul;

4.2.14. 106 – Estação 106 Sul;

4.2.15. 108 – Estação 108 Sul;

4.2.16. 110 – Estação 110 Sul;

4.2.17. 112 – Estação 112 Sul;

4.2.18. 114 – Estação 114 Sul;

4.2.19. ASA – Estação Asa Sul;

4.2.20. SHP – Estação Shopping;

4.2.21. FEI – Estação Feira;

4.2.22. GUA – Estação Guará;

4.2.23. ARN – Estação Arniqueiras;

4.2.24. CLA – Estação Águas Claras;

4.2.25. CON – Estação Concessionárias;

4.2.26. EPQ – Estação Estrada Parque;

4.2.27. REL – Estação Praça do Relógio;

4.2.28. MET – Estação Centro Metropolitano;

4.2.29. CES – Estação Ceilândia Sul;

4.2.30. GBA – Estação Guaríroba;

4.2.31. CEC – Estação Ceilândia Centro;

4.2.32. CEN – Estação Ceilândia Norte;

4.2.33. CEI – Estação Terminal Ceilândia;

4.2.34. TAS – Estação Taguatinga Sul;

4.2.35. FUR – Estação Fumas;

4.2.36. SAS – Estação Samambaia Sul;

4.2.37. SAM – Estação Terminal Samambaia.

4.3. Cooperação com Outras Partes: A CONTRATADA cooperará de maneira ampla com as outras CONTRATADAS e com quaisquer empresas que venham a prestar serviços adicionais ao METRÔ-DF, que será o responsável por dirimir eventuais conflitos caso ocorram. Nestes casos, as CONTRATADAS deverão acatar as decisões do METRÔ-DF dentro do escopo do contrato. Caso haja interferências de serviço com outros, as CONTRATADAS fornecerão toda a cooperação de modo a compatibilizar as partes envolvidas, não devendo causar impacto em custos adicionais e no desempenho de suas atividades.

5. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES

5.1. Especificação dos aparelhos existentes nas salas técnicas

Tabela 1: Levantamento de ar condicionado das estações e CCO.

| Ar Condicionado de Salas Técnicas |                                    |  |
|-----------------------------------|------------------------------------|--|
| Local                             | Características Técnicas           | Observações  |
| CCO                               | Aparelho KOMEKO split 48.000 BTU/h | Necessidade de Inclusão de pelo menos um aparelho do tipo split / chão teto de |

|     |   |   |
|-----|---|---|
|     | Aparelho KOMEKO split<br>60.000 BTU/h     | 48.000 BTU/h  |
| CTL | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Readequação de carga térmica. Necessidade de substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 24.000 BTU/h |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>18.000 BTU/h     |   |
| GAL | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Readequação de carga térmica. Necessidade de substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 24.000 BTU/h |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>12.000 BTU/h     |   |
| 102 | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Readequação de carga térmica. Necessidade de substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 24.000 BTU/h |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>18.000 BTU/h     |   |
| 104 | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Readequação de carga térmica. Necessidade de substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 24.000 BTU/h |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>12.000 BTU/h     |   |
| 106 | Aparelho split 33.000<br>BTU/h            | Nenhuma ação necessária   |
|     | Aparelho split 33.000<br>BTU/h            |   |
| 108 | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>18.000 BTU/h     |   |
| 110 | Aparelho split 33.000<br>BTU/h            | Nenhuma ação necessária   |
|     | Aparelho split 33.000<br>BTU/h            |   |
| 112 | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>12.000 BTU/h     |   |
| 114 | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>12.000 BTU/h     |   |
| ASA | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por dois aparelhos split de 18.000 BTU/h   |
|     | Aparelho Silente ACJ<br>18.000 BTU/h      |   |
| SHP | Aparelho Elgin split<br>24.000 BTU/h      | Inclusão de pelo menos um aparelho split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Elgin split<br>24.000 BTU/h      |   |
| FEI | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Electrolux split<br>12.000 BTU/h |   |
|     | Aparelho Air Master ACJ<br>10.000 BTU/h   |   |
| GUA | Aparelho Hitachi split<br>12.000 BTU/h    | Inclusão de um pelo menos aparelho split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h |   |
| ARN | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Air Master ACJ<br>30.000 BTU/h   |   |
| CLA | Aparelho Elgin split<br>24.000 BTU/h      | Substituição dos aparelhos instalados por pelo menos três aparelhos do tipo split de 18.000 BTU/h                             |
|     | Aparelho Carrier split<br>18.000 BTU/h    |   |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>18.000 BTU/h     |   |
| CON | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Springer ACJ<br>18.000 BTU/h     |   |
| EPQ | Aparelho Carrier split<br>24.000 BTU/h    | Nenhuma ação necessária.  |
|     | Aparelho Elgin split<br>12.000 BTU/h      |   |
|     | Aparelho Electrolux split<br>18.000 BTU/h |   |

|     |  |   |
|-----|--|---|
| REL | Aparelho Consul ACJ 30.000 BTU/h       | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h                    |
| ONO | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     | Substituição dos aparelhos instalados por pelo menos três aparelhos split de 18.000 BTU/h           |
|     | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |   |
| MET | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h                    |
|     | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |   |
| CES | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     | Substituição dos aparelhos instalados por pelo menos três aparelhos ACJ de 21.000 BTU/h             |
|     | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |   |
|     | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |   |
|     | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |   |
| GBA | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    | Inclusão de pelo menos um aparelho split de 18.000 BTU/h  |
|     | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |   |
| CEC | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    | Readequação de carga térmica; Substituição de um aparelho por pelo menos dois split de 24.000 BTU/h |
|     | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |   |
| CEN | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    | Inclusão de um aparelho split de 18.000 BTU/h   |
|     | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |   |
| CEI | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    | Nenhuma ação necessária   |
|     | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |   |
|     | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |   |
| TAS | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     | Inclusão de pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h   |
| FUR | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     | Inclusão de pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h   |
| SAS | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h                    |
|     | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |   |
| SAM | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      | Substituição do aparelho ACJ por pelo menos dois aparelhos split de 18.000 BTU/h                    |
|     | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |   |

Tabela 2: Aparelhos em bilheterias e SSO das Estações

| Ar Condicionado Bilheterias e SSO |  |   |
|-----------------------------------|--|---|
| Local                             | Características Técnicas               | Observações   |
| CTL                               | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 18.000 BTU/h na sala de Inspeoria de Segurança. |
|                                   | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h |   |
| GAL                               | Aparelho Eletcrolux split 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um split de 12.000 BTU/ h na PCOAP.                                  |
| 102                               | Aparelho split York 17.500 BTU/h       | Nenhuma ação necessária   |
|                                   | Aparelho split York 12.000 BTU/h       |   |
|                                   | Aparelho split York 9.000 BTU/h        |   |
| 108                               | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um split de 12.000 BTU/ h na SSO  |
| 112                               | Aparelho split York 17.500 BTU/h       | Nenhuma ação necessária   |
|                                   | Aparelho split York 12.000 BTU/h       |   |
|                                   | Aparelho split York 9.00 BTU/h         |   |
| 114                               | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho de 12.000 BTU/h na sala de contagem.                     |
| ASA                               | Anarelho split Flectrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho um split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação, um split de 12.000 BTU/ h na                                       |



|     |  |  |
|-----|--|--|
|     |  | coordenação de segurança e um split de 12.000 BTU/ h na contagem.  |
| SHP | Aparelho split KOMECO 24.000 BTU/h     | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação, um split de 12.000 BTU/h na contagem e um de 12.000 BTU/h na inspetoria.   |
| FEI | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um split de 12.000 BTU/ h na contagem.  |
| GUA | Aparelho split York 24.000 BTU/h       | Nenhuma ação necessária  |
|     | Aparelho split York 18.000 BTU/h       |  |
|     | Aparelho split Springer 18.000 BTU/h   |  |
| ARN | Aparelho split Eletrolux 12.000 BTU/h  | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação, um split de 12.000 BTU/h na contagem e um de 12.000 BTU/h na inspetoria.   |
| CLA | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Instalação de um aparelho Elgin 12.000BTU/h na SSO da estação (proveniente da sala técnica de CLA)   |
|     | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h |  |
|     | Aparelho split KOMECO 12.000 BTU/h     |  |
|     | Aparelho split KOMECO 12.000 BTU/h     |  |
| CON | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem  |
| EPQ | Aparelho split 31.000 BTU/h            | Nenhuma ação necessária  |
|     | Aparelho de 9.000 BTU/h                |  |
|     | Aparelho de 9.000 BTU/h                |  |
|     | Aparelho split Springer 18.000 BTU/h   |  |
| REL | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação, um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de inspetoria e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem        |
| MET | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem  |
| CES | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem  |
| GBA | Aparelho split Hitachi 9.000 BTU/h     | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação   |
|     | Aparelho split Hitachi 9.000 BTU/h     |  |
| CEC | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação, um split de 24.000 BTU/h na sala de treinamento e um aparelho split de 12.000 BTU/h na sala de inspetoria de segurança.  |
|     | Aparelho split Hitachi 12.000 BTU/h    |  |
|     | Aparelho split Hitachi 9.000 BTU/h     |  |
| CEN | Aparelho split Hitachi 12.000 BTU/h    | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação   |
|     | Aparelho split Hitachi 18.000 BTU/h    |  |
| CEI | Aparelho split Hitachi 18.000 BTU/h    | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação   |
|     | Aparelho split Hitachi 18.000 BTU/h    |  |
| TAS | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem  |
| FUR | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem  |
| SAS | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação e um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem  |
| SAM | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Inclusão de um aparelho split de 12.000 BTU/ h na SSO da estação, um aparelho split de 12.000 BTU/ h na sala de contagem e um aparelho de 12.000 BTU/h na sala da inspetoria de segurança. |

5.2. Aparelhos existentes no Complexo do CAO e Galpões

**Tabela 3: Aparelhos instalados no Centro Administrativo Operacional**

| Ar Condicionado Galpão de Manutenção, CAO e blocos A e B |                                    |              |
|--|------------------------------------|--------------|
| Local  | Tipo de Equipamento                | Localização  |
| CAO  | Aparelho Springer ACJ 12.000BTU/h  | CAO servidor |
|  | Aparelho Komeco split 12.000BTU/h  | PRE          |
| CCO  | Aparelho Komeco split 48.000 BTU/h | CCO ST       |
|  | Aparelho Komeco split 48.000 BTU/h | CCO ST       |
|  | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h  | Servidor     |
|  | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h  | OGSEG        |
|  | Aparelho Elgin split 12.000 BTU/h  | CIM          |
|  | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h | SMT          |

|         |  |              |
|---------|--|--------------|
| GALPÃO  | Aparelho Springer split 12.000 BTU/h   | SMT          |
|         | Aparelho Carrier split 12.000 BTU/h    | SMT          |
|         | Aparelho Springer ACJ 8.000 BTU/h      | SMT          |
|         | Aparelho Consul ACJ 12.000 BTU/h       | SMT          |
|         | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     | SMT          |
|         | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h      | SMT          |
|         | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     | OGVPE-Chefia |
|         | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     | OGVPE        |
|         | Aparelho Consul ACJ 18.000 BTU/h       | OGRSF        |
|         | Aparelho Springer ACJ 7.500 BTU/h      | OGOFI-Chefia |
|         | Aparelho Springer ACJ 7.500 BTU/h      | OGRSF        |
|         | Aparelho Springer ACJ 30.000 BTU/h     | OGOFI        |
|         | Aparelho Consul ACJ 7.500 BTU/h        | OGOFI        |
|         |  |              |
| Bloco A | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
| Bloco B | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      | ARHD         |
|         | Aparelho Komeco split 60.000 BTU/h     | ARHG         |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ARHG         |
|         | Aparelho Komeco split 12.000BTU/h      | ARH          |
|         | Aparelho Komeco split 60.000 BTU/h     | ARHA         |
|         | Aparelho Carrier split 18.000 BTU/h    | ADCD         |
|         | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      | ADSA         |
|         | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h | ADSA         |
|         | Aparelho Komeco split 60.000 BTU/h     | ARPA         |
|         | Aparelho Komeco split 12.000 BTU/h     | ADSA (PSI)   |
|         | Aparelho Komeco split 12.000 BTU/h     | ADM          |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ADSA         |
| ATI     | Aparelho Midea split 24.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Midea split 12.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 32.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 20.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 24.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 24.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 26.000 BTU/h    | TIN          |
| TPAC    | Aparelho Carrier split 24.000 BTU/h    | ST           |
|         | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      | ST           |
|         | Aparelho ACJ 30.000 BTU/h              | ST           |

- 5.3. A presença das especificações neste Termo de Referência não isenta a CONTRATADA da alegação de desconhecimento do objeto, inclusive porque alterações de localização podem ocorrer ao longo do tempo.
- 5.4. A não verificação das reais condições dos aparelhos de ar condicionado existentes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo aceito a alegação de desconhecimento do objeto.
- 5.5. As especificações listadas abaixo devem ser conferidas em campo através da vistoria, e, em caso de qualquer divergência entre as medidas informadas e as informações obtidas no local, prevalecem as informações obtidas no local em que cada aparelho de ar condicionado estiver instalado.
- 5.6. **Especificação dos aparelhos a serem fornecidos**
- 5.6.1. Deverão ser fornecidos aparelhos com as seguintes características mínimas:

Tabela 5: Características mínimas de fornecimento

| Item | Características   |
|------|---|
| 1    | Aparelho de ar condicionado capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h, tipo Split, high wall, tensão 220 volts, ciclo frio, controle remoto sem fio com todas as funções, silencioso, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador, oscilação horizontal e vertical de paletas de unidade evaporadora, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável , com tecnologia inverter, filtro antibacteriano lavável e removível, eficiência energética com etiqueta nacional A ou B, gás refrigerante livre de CFC's de acordo com legislação ambiental vigente, manual de instruções em língua portuguesa, instalado. |

|   |  |
|---|--|
| 2 | Aparelho de ar condicionado capacidade de refrigeração de 24.000 BTU/h, tipo Split, high wall ou piso/teto, tensão 220 volts, ciclo frio, controle remoto sem fio com todas as funções, silencioso, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador, oscilação horizontal e vertical de paletas de unidade evaporadora, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável , com tecnologia inverter, filtro antibacteriano lavável e removível, eficiência energética com etiqueta nacional A ou B, gás refrigerante livre de CFC's de acordo com legislação ambiental vigente, manual de instruções em língua portuguesa, instalado. |
| 3 | Aparelho de ar condicionado capacidade de refrigeração de 48.000 BTU/h, tipo Split piso/teto, tensão 220 volts, ciclo frio, controle remoto sem fio com todas as funções, silencioso, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador, oscilação horizontal e vertical de paletas de unidade evaporadora, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável , com tecnologia inverter, filtro antibacteriano lavável e removível, eficiência energética com etiqueta nacional A ou B, gás refrigerante livre de CFC's de acordo com legislação ambiental vigente, manual de instruções em língua portuguesa, instalado.               |
| 4 | Aparelho de ar condicionado capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h, tipo Split, high wall, tensão 220 volts, ciclo frio, controle remoto sem fio com todas as funções, silencioso, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador, oscilação horizontal e vertical de paletas de unidade evaporadora, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável , com tecnologia inverter, filtro antibacteriano lavável e removível, eficiência energética com etiqueta nacional A ou B, gás refrigerante livre de CFC's de acordo com legislação ambiental vigente, manual de instruções em língua portuguesa, instalado.              |
| 5 | Aparelho de ar condicionado capacidade de refrigeração de 21.000 BTU/h, tipo janela (ACJ), silencioso, ciclo frio, mecânico, monofásico, compressor rotativo, tensão 220 volts - frequência de 60 Hz, eficiência energética com etiqueta nacional A ou B, filtro antibacteriano lavável ou removível, manual em língua portuguesa, instalado.  |

6. DOS QUANTITATIVOS E DESTINAÇÃO À ENTENDIDADES PREFERENCIAIS
- 6.1.

A distribuição dos itens ocorrerá conforme quantitativo apresentado na tabela abaixo, considerando parcelas destinadas à cota reservada e ampla concorrência. A destinação dos itens deste Termo de Referência se encontra dentro dos limites propostos pelo Decreto nº 35.592/2014, que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previsto na Lei nº 4.611/2011.
- 6.2.

A adoção justifica-se ao cumprimento da legislação em vigor a respeito de contratações preferenciais.

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE | Ampla Concorrência | Cota Reservada |
|------|--|---------|------------|--------------------|----------------|
| 1    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 12.000 btu | und     | 53         | X                  |                |
| 2    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 12.000 btu | und     | 17         |                    | X              |
| 3    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 18.000 btu | und     | 33         | X                  |                |
| 4    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 18.000 btu | und     | 10         |                    | X              |
| 5    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 24.000 btu | und     | 12         | X                  |                |
| 6    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 24.000 btu | und     | 3          |                    | X              |
| 7    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 48.000 btu | und     | 1          |                    | *              |
| 8    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo janela, 21.000 btu                        | und     | 8          |                    | *              |

\* Para os itens 7 e 8, não se aplica cota reservada visto que as estimativas orçamentárias se enquadram diretamente dentro dos limites propostos pelo Decreto nº 35.592/2014.

7. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS
- 7.1.

Os serviços de fornecimento de aparelhos de ar condicionado, bem como sua montagem deverão ser executados por empresa especializada, devidamente registrada no CREA - DF.
- 7.2.

Os Aparelhos Condicionadores de Ar serão instalados nas salas técnicas, bilheterias, salas de contagem e salas do Galpão do Almoxarifado da manutenção, conforme ANEXO I, deste Termo de Referência, devendo a Contratada prever o fornecimento de todo os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços, tais como: suportes; prolongamentos das tubulações e drenos; demolições, remoções e retiradas; refazimento de novas paredes em alvenaria e de gesso, dentre outros materiais verificados; refazimento de revestimentos de gesso, dentre outros encontrados nos locais de instalação; aplicação de massa corrida e pintura onde forem feitas aberturas para passagem de tubulação; conexão dos equipamentos à rede elétrica; serviços de instalação elétrica; retirada dos aparelhos de ar condicionado existentes (tipo janela); refazimento dos vidros das esquadrias, substituição de lâminas das persianas nos locais onde existem os atuais aparelhos de parede, enfim, todos os serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos. Todos os materiais e acessórios referentes à instalação devem ser novos, e de primeiro uso.
- 7.3.

As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.
- 7.4.

Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer

rigorosamente:

- 7.4.1. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- 7.4.2. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- 7.4.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado; NBR 7541 – Tubo de cobre sem costura para refrigeração e ar-condicionado; NBR 5648 – Tubos plásticos de uso predial e industrial;
- 7.4.4. Às disposições legais federais, e distritais pertinentes;
- 7.4.5. Regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- 7.4.6. Às normas técnicas específicas, se houver;
- 7.4.7. Publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);
- 7.4.8. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- 7.4.9. À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- 7.4.10. Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
- 7.4.10.1. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 7.4.10.2. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 7.4.10.3. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 7.4.10.4. NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- 7.4.11. À Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);
- 7.4.12. À Portaria n.º 3523/GM do Ministério da Saúde, bem como o preenchimento do PMOC, de acordo com as necessidades dos equipamentos.
- 7.5. A Contratada deverá verificar junto aos quadros de energia elétrica, a disponibilidade nos barramentos (reservas), e, caso necessário, fornecer e instalar os disjuntores compatíveis aos equipamentos a serem instalados, bem como os dutos de interligação elétrica até os referidos equipamentos.
- 7.6. É responsabilidade da empresa contratada manter limpos, livres e desimpedidos de sujeiras e restos de materiais e tintas, os locais de realização dos serviços, bem como todos os acessos e demais dependências da edificação utilizados.
- 7.7. Ocorrendo qualquer dano, avaria ou mancha, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho, a empresa contratada deverá assumir a imediata reparação, restaurando às condições originais da edificação.
- 7.8. Os serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado em salas técnicas e demais dependências do Metrô-DF deverá ser executado em horário a ser previamente acordado com a pela Fiscalização do Contrato, sendo devidamente incluído em Programação Semanal de Acesso, com anuência do Superintendência de Operação. No caso de haver necessidade de se trabalhar em fins de semana e em horário noturno, a Contratada deverá entrar em acordo com a Fiscalização para atendimento de exigências pertinentes e autorização do serviço.
- 7.9. A empresa contratada deverá enviar seus técnicos devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, responsabilizando-se pelo seu uso e retirando do local onde serão executados os serviços àqueles que se recusarem a fazer uso dos equipamentos.
- 7.10. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de acompanhamento pelo METRÔ-DF.
- 7.11. A CONTRATADA, na montagem dos equipamentos e seus acessórios, deverá seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 7.12. A instalação do equipamento é de responsabilidade da Contratada e deve obedecer e seguir rigorosamente o manual do fabricante, e conforme normas da ABNT.
- 7.13. Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou auto-extinguível.
- 7.14. Em todos os casos, tanto para remanejamento quanto para instalação de novos aparelhos não serão permitidos aproveitamento das instalações pré-existent, sem aprovação da Fiscalização do METRÔ-DF.
- 7.14.1. O METRÔ-DF analisará caso a caso os serviços que deverão ser executados.
- 7.14.2. As unidades condensadoras deverão ser instaladas conforme orientação do fabricante e estar apoiadas em suporte de aço galvanizados, os quais deverão ser construídos pela CONTRATADA.
- 7.14.3. Os materiais a serem instalados deverão ser novos, de qualidade adequada, e deverão estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT.
- 7.14.4. o caso de execução de furos para a passagem da rede frigorígena e drenos, estes deverão ter o diâmetro mínimo necessário para serem atravessados, e quando realizados, também em esquadrias ou vidros, deverá ser feita vedação apropriada para que não haja frestas que permita a entrada de umidade.
- 7.14.5. As interligações entre as unidades evaporadoras com as unidades condensadoras serão feitas de acordo com as normas da ABNT.
- 7.14.6. As redes frigorígenas deverão ser executadas de acordo com a boa técnica corrente e conforme manual do fabricante, empregando-se traçado conveniente, mais curto possível e método de fixação adequado, de modo a assegurar alimentação apropriada às evaporadoras, terem baixa perda de carga, devendo, ainda, proteger os compressores. Evitar o acúmulo de óleo lubrificante em qualquer trecho, perdas de óleo lubrificante do compressor e penetração de refrigerante, em fase líquida, no cárter do compressor, tanto em marcha como parado.
- 7.14.7. No caso de execução de furos para a passagem da rede frigorígena e drenos, estes deverão ter o diâmetro mínimo necessário para serem atravessados, e quando realizados, também em esquadrias ou vidros, deverá ser feita vedação apropriada para que não haja frestas que permita a entrada de umidade.
- 7.14.8. A Contratada deverá realizar levantamento prévio, certificando-se que não haverá danos a outras instalações existentes nos pavimentos (elétrica, hidráulica, dutos de renovação de ar, entre outras) para passagem da tubulação de dreno.
- 7.14.9. Os forros dentro das salas por onde passarão as redes elétricas, redes frigoríficas e dreno do aparelhos de ar condicionado deverão ser recortados, se necessário, substituídos após a conclusão das instalações e testes dos aparelhos.
- 7.14.10. Caso haja defeitos de acabamento originados pela empresa Contratada, estes deverão ser refeitos por esta.
- 7.14.11. As divisórias e as paredes de alvenaria deverão apresentar, após a reconstituição, as mesmas características originais, cores e especificação das tintas.
- 7.14.12. A Contratada deverá fornecer Aparelhos Condicionadores de Ar tipo Split, novos, modelos em linha de fabricação, fornecidos em embalagem lacrada, com as seguintes características mínimas:
- a) Sistema inverter para os aparelhos de 12.000 BTU, 18.000 BTU e 24.000 BTU;

- b) compressor com sistema rotativo ou scroll para os aparelhos de 48.000 BTU
- c) tipo de ciclo frio;03 velocidades de ventilação ou superior;baixo nível de ruído;
- d) Etiqueta Nacional de Conservação de Energia Procel “A”, “B” ou “C”;
- e) evaporadora com display digital;controle remoto sem fio digital acompanhado de pilhas;
- f) utilize gás refrigerante ecológico, que não agride e nem danifique a camada de ozônio;
- g) função “timer on/off”;
- h) filtro de ar removível e lavável;
- i) proteção antiferrugem;
- j) função de desumidificação;
- k) tensão de 220V;
- l) gabinete do evaporador construído em plástico injetável de alta resistência, na cor branca;manual de instrução em português.

7.15. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas (listadas no item 9) e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

**7.16. Das condições de entrega e Prazos:**

7.16.1. Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

7.16.2. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

7.16.3. A empresa contratada procederá a desembalagem, instalação e configuração dos produtos para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão da Fiscalização de Contrato, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

7.16.4. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

7.16.4.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 3 e da proposta vencedora;

7.16.4.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

7.16.4.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

7.16.4.4. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo METRÔ/DF.

7.17. Os serviços deverão ser executados com pessoal técnico comprovadamente qualificado incluindo todos os materiais, peças, acessórios e ferramentas necessários à execução dos serviços.

7.18. Os equipamentos a serem instalados nos endereços constantes no Anexo I, deverão passar por todos os testes de funcionamento de forma a garantir seu desempenho.

7.19. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, equipamentos, desengraxantes, material/solução de limpeza e de isolamento, ferramentas, peças e componentes, original do fabricante ou homologada por este, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - ou equivalentes e legislações vigentes, sendo vedado o uso de peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão.

7.20. No caso de materiais, equipamentos ou serviços cobertos por garantias de terceiros, (fabricantes ou instaladores), a empresa contratada diligenciará para a pronta solução do problema, comunicando ao METRÔ-DF e acionando os responsáveis pela garantia.

7.21. Em casos de imperícia, descuido, incompetência ou quaisquer outros atos comprovados que levem a induzir ou provocar danos de quaisquer naturezas ao sistema, toda a recuperação e/ou reparos necessários serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa Contratada, que arcará com os custos de peças de reposição e mão de obra para instalação, a fim de recolocá-los em condições adequadas de funcionamento, inclusive a substituição de máquinas, equipamentos ou instalações, caso isso se faça necessário.

7.22. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com o pedido de autorização de faturamento mensal, os respectivos relatórios técnicos dos serviços executados e aparelhos fornecidos com foto das instalações antes e depois, referente ao mês anterior após as devidas correções apontadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

7.22.1. O relatório que trata o item 6.23 é composto pela medição mensal.

7.22.2. No último pedido de faturamento deverá ser providenciada pela CONTRATADA uma relação de peças e materiais de consumo, com quantidades mínimas, que devem ser mantidas em estoque, pelo contratante durante o ano de garantia e nos anos seguintes, para atendimento às eventuais manutenções corretivas e preventivas (quantitativo estimado com base nas características dos equipamentos e informações dos fabricantes).

7.22.2.1. Para a execução destes serviços, a CONTRATADA deverá informar ao fiscal do contrato a data de fornecimento dos aparelhos e o cronograma para a realização dos serviços.

7.22.2.2. Os materiais que trata o item 6.20, necessários à execução dos serviços, considerar-se-á incluída nas obrigações da CONTRATADA a responsabilidade pelo fornecimento durante a prestação dos serviços, substituindo-os sempre que necessários;

7.22.3. Os aparelhos e os serviços para a execução do contrato listados no itens 2.1 e 2.2 do ANEXO VIII deste Termo de Referência serão pagos de acordo com os itens efetivamente empregados no respectivo mês de apuração.

7.22.3.1. Para os valores dos orçamentos para fornecimento de peças e execução de eventuais serviços não orçados inicialmente nesta contratação terão a aplicação do desconto de licitação, conforme Acórdão nº 1870/2016.

7.22.3.2. O valor da peça de reposição a ser pago pelo METRÔ-DF será sempre o menor valor encontrado no mercado, sem nenhum acréscimo. Portanto, todos os custos previstos para suas aquisições, tais como cotações, telefonemas, transportes, “fac-símile”, entre outros deverão estar incluídos nos preços apresentados, devendo ser dado o mesmo desconto da licitação, conforme Acórdão nº 1870/2016-TCU.

7.22.4. Os valores estabelecidos para Serviços Continuados de Manutenção, nos Subsistemas de Ar-Condicionados do METRÔ-DF, aquisição de peças e Insumos bem como os salários dos postos de trabalho foram fixados com base consulta preços no Painel de Preços do Ministério da Economia, em pesquisa de mercado, bem como preços obtidos por meio do Sistema SINAPI, ORSE e dentre outras tabelas de insumos e composições públicas.

**7.23. Da Vistoria Técnica Inicial**

7.23.1. A contar do prazo inicial do contrato, deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para a CONTRATADA realizar um levantamento detalhado da situação de todos os equipamentos e instalações que integram os sistemas de climatização de salas técnicas, CAO e as salas da Superintendência de Manutenção a serem climatizadas a que se refere este Roteiro Técnico.

7.23.2. A vistoria técnica inicial deverá ser realizada pela CONTRATADA, até o décimo dia útil a partir da autorização de início da execução dos serviços, e resultará na elaboração de Relatório de Vistoria Técnica Inicial, a ser avaliado pela CONTRATANTE, contendo:

- I - Avaliação dos componentes do sistema (funcionamento, operação e integridade);
  - II - Cronograma dos serviços a serem realizados;
  - III - Problemas identificados;
  - IV - O Relatório de Vistoria Técnica Inicial deverá ser entregue ao fiscal do contrato, que será analisado e aprovado no prazo de até 5 (cinco) dias.
- 7.23.3. Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA na forma deste Termo de Referência e empregados nas instalações e equipamentos da CONTRATANTE, deverão ser obrigatoriamente novos e, quando for o caso, dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante.
- 7.24. **Segurança do Trabalho:**
- 7.24.1. Caberá à Contratada zelar pela proteção dos empregados e de terceiros, durante a execução dos serviços.
- 7.24.2. A Contratada deverá seguir as recomendações expressas na Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, em especial a NR-4, NR-7 e NR-18.

## 8. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 8.1. Da modalidade de licitação:
- 8.1.1. Por se tratar de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, adotar-se-á a modalidade PREGÃO.
- 8.1.2.
- 8.2. **Do Sistema de Registro de Preços**
- 8.2.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços para registro formal dos preços relativos à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, conforme as hipóteses estabelecidas no artigo 190 do Decreto 44.330/2023, incisos I, II e IV.
- 8.2.2. Serão registrados os preços conforme a tabela constante do **ANEXO VIII - Planilha Modelo de Apresentação das Propostas**.
- 8.2.3. A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, prorrogáveis por igual período, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.
- 8.3. Os materiais serão fornecidos de forma integral, de acordo com demanda necessária do METRÔ-DF.
- 8.4. O julgamento das propostas será objetivo e do tipo menor preço global;
- 8.4.1. Os preços da proposta vencedora não poderão ser superiores aos valores estimados unitários e totais da Administração.
- 8.4.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo estabelecida, inclusive quanto à apresentação de amostras para análise e aprovação prévia do METRÔ-DF, quando solicitado.
- 8.4.1.2. As remessas serão definidas pelo METRÔ-DF, quando estabelecido o cronograma de entrega de acordo com a disponibilidade orçamentária e a capacidade de recebimento do Almoxarifado da Superintendência de Manutenção - SMT.
- 8.4.1.3. A entrega de cada parcela adquirida deverá ser acompanhada, sempre, dos respectivos documentos, referências técnicas, ensaios e certificações, caso haja.
- 8.4.1.4. As demais regras sobre o procedimento de Registro de Preços estarão definidas no instrumento convocatório.
- 8.5. **Do Procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP**
- 8.5.1. Será adotado o procedimento de intenção de registro de preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Portal de Compras Governo Federal, no sítio eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>, para registro e divulgação do objeto a ser licitado e para a realização dos atos previstos nos artigos 190, incisos I, II e IV do [DECRETO Nº 44.330, DE 16 DE MARÇO DE 2023](#).
- 8.5.2. **Caberá ao METRÔ-DF:**
- 8.5.2.1. Aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e
- 8.5.2.2. Deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.
- 8.5.2.3. Para receber informações a respeito da IRP disponível no Portal de Compras Governo Federal, os órgãos e entidades da Administração Pública Nacional deverão se cadastrar no módulo IRP.

## 9. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 9.1. O critério utilizado para a formação da estimativa foi o menor preço dos preços praticados pela utilização de Preços de Referência (SINAPI, ORSE e demais Planilhas de Preços Públicos) e pesquisa de mercados referentes ao Distrito Federal com data-base de agosto/2024, em conformidade com o artigo 73, do RILC do METRÔ-DF.
- 9.2. O valor estimado do contrato a ser celebrado pelo METRÔ-DF será sigiloso até o início da fase de julgamento das propostas ou lances.
- 9.3. Apresentar declaração de Plena Ciência e Concordância com as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC do METRÔ-DF; ao presente Termo de Referência e seus anexos; e compromisso de Integridade e de Combate à Corrupção.
- 9.4. A proposta de preços deverá atender os seguintes requisitos:
- 9.4.1. Ter prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação;
- 9.4.2. Conter os preços expressos em R\$ (reais) com aproximação de até duas casas decimais;
- 9.4.3. Conter especificação clara e completa do produto ofertado, observadas as especificações constantes neste Termo;
- 9.4.4. Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega do serviço ofertado.
- 9.5. Nas propostas apresentadas, haverá o direito de preferência, como critério de desempate na fase de julgamento das propostas e o direito de saneamento quanto à regularidade fiscal após declaradas vencedoras, as entidades preferenciais.

## 10. DA MÃO DE OBRA E FERRAMENTAL

- 10.1. Para cumprir as disposições e rotinas contidas neste Termo de Referência, a contratada deverá manter 01 (um) Responsável Técnico: Profissional com graduação em Engenharia Mecânica e devidamente registrado no CREA, para os serviços de coordenação dos serviços de instalação/desinstalação/reinstalação dos aparelhos constantes no ANEXO VI deste Termo de Referência.
- 10.1.1. Ao Engenheiro Mecânico caberá a responsabilidade pela coordenação da equipe de executará os serviços de instalação, bem como pela observância técnica do fornecimento dos aparelhos, ANEXO I deste Termo de Referência, e da garantia da qualidade.

- 10.2. A empresa contratada deverá fornecer todo o ferramental e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) necessários para as atividades objeto desta contratação e fiscalizar, seus funcionários, quanto à correta utilização destes equipamentos e ferramentas.
- 10.2.1. A CONTRATADA fornecerá aos funcionários, gratuitamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 10.2.2. O ferramental que será oferecido pela CONTRATADA deverá ser suficiente para a atuação da equipe em cada turno de trabalho.
- 10.2.3. A CONTRATADA deverá repor imediatamente qualquer ferramenta que estiver inapta ao uso.
- 10.3. A Contratada deverá substituir imediatamente os funcionários que a critério da fiscalização venham a se conduzir de modo inconveniente.
- 10.4. A CONTRATADA deverá possuir todo o ferramental necessário à execução dos serviços.
- 10.5. A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA ferramentas compatíveis e imprescindíveis à execução do Contrato.

#### 11. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EQUIPE

- 11.1. Engenheiro Mecânico: O responsável técnico pelo contrato, por parte da Contratada, deverá ter formação plena em Engenharia Mecânica com experiência na área de serviços de fornecimento e instalação de condicionadores de ar, devidamente comprovada através de carteira de trabalho e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, compatíveis com o escopo e equipamento deste Termo de Referência.
- 11.2. A Contratada deverá possuir no mínimo um profissional técnico com experiência em refrigeração e ar condicionado entre os executores do serviço. A experiência deve ser comprovada através de contrato de trabalho ou carteira de trabalho. Esse profissional deve estar credenciado ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT na época da execução dos serviços.

#### 12. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 12.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência global dos serviços contratados, bem como a formação de consórcios.
- 12.2. Somente poderão apresentar propostas as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam as condições deste edital e seus anexos.
- 12.3. Em atendimento a Súmula 281 do TCU, está vedada a participação de sociedades cooperativas no certame, tendo em vista que a natureza do serviço e o modo como é usualmente executado no mercado em geral, há necessidade de subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado/fornecedor de serviços, bem como de pessoalidade e habitualidade.

#### 13. DO CONTRATO

- 13.1. A Contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato, que estará vinculado à Lei nº 13.303/2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF (RILC) aos preceitos de Direito Privado e demais normas de Direito Público aplicáveis.
- 13.2. O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, enquanto que o prazo de execução do objeto é de 60 (sessenta) dias, ambos contados da data da assinatura do contrato;
- 13.2.1. O prazo de início de execução do objeto contar-se-á a partir da data de assinatura do contrato;
- 13.3. Os prazos de execução de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, nos termos e condições previstos nos artigos 214 e 215 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF.

#### 14. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Constituem obrigações e responsabilidades da Contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços:
- 14.1.1. Recolher os tributos, taxas, impostos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato;
- 14.1.2. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- 14.1.3. Cumprir e fazer cumprir as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- 14.1.4. Obedecer, rigorosamente, as condições deste Termo de Referência e seus anexos, que serão partes integrantes do Edital e Contrato;
- 14.1.5. Observar as disposições legais que regulem o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 14.1.6. Manter, durante a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 14.1.7. Manter preposto para relacionar-se com o METRÔ-DF;
- 14.1.8. Coordenar a execução dos serviços de comum acordo com o METRÔ-DF, considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;
- 14.1.9. Atender às determinações expressas da fiscalização do METRÔ-DF;
- 14.1.10. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE ou pelos Órgãos de Controle vinculados a Administração Pública, os documentos relativos à contabilidade da contratação;
- 14.1.11. A documentação contábil deve constar o detalhamento completo dos gastos com recursos humanos e materiais empregados na execução do objeto deste Termo de Referência, bem como outras informações a serem solicitadas pela CONTRATANTE, a fim de acompanhar os custos regulares do contrato;
- 14.1.12. Apresentar, mensalmente, relação de profissionais alocados com apresentação das respectivas RAIS, contratos de prestação de serviço ou vínculo societário;
- 14.1.13. Apresentar, quando solicitado pela Fiscalização, o extrato do e-Social de todos os funcionários envolvidos na execução desta contratação;
- 14.1.14. Ressarcir imediatamente ao METRÔ-DF, após o recebimento da notificação respectiva, no caso de eventuais desvios ou danos causados aos bens sob sua responsabilidade, sob pena de glosa de qualquer quantia que tenha a receber junto à Companhia;
- 14.1.15. Observar, rigorosamente, o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as leis e regulamentos pertinentes;
- 14.1.16. Implantar a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todos os sistemas de ar-condicionado do METRÔ-DF;
- 14.1.17. Fiscalizar regularmente os funcionários e verificar as condições em que os serviços estão sendo prestados;
- 14.1.18. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade dos funcionários;
- 14.1.19. Manter seus funcionários uniformizados, portando crachá de identificação;
- 14.1.20. Responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda a terceiros,

não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE;

- 14.1.21. Não reutilizar materiais, peças ou equipamentos sem anuência do Executor do Contrato;
- 14.1.22. Substituir os equipamentos que apresentem rendimento insatisfatório ou de baixa qualidade;
- 14.1.23. Não executar serviço incompleto ou de caráter paliativo;
- 14.1.24. Cumprir os prazos estabelecidos com a fiscalização na execução de serviços;
- 14.1.24.1. No caso da impossibilidade de cumprimento deste prazo, a CONTRATADA deverá justificar, informando a CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo, os motivos. Ficará sob a responsabilidade do Fiscal a solicitação de documentos comprobatórios.
- 14.1.25. Manter os equipamentos e ferramentas em perfeitas condições de uso;
- 14.1.26. Disponibilizar os Equipamentos de segurança e de Proteção Individual (EPIs) para as atividades que apresentem risco, conforme legislação trabalhista e normas de segurança do trabalho;
- 14.1.26.1. Os equipamentos de proteção individual (EPIs) deverão ser repostos em até 24 (vinte e quatro) horas, interrompendo-se a realização dos serviços até a efetiva reposição;
- 14.1.27. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, para evitar danos à rede elétrica das edificações do METRÔ-DF;
- 14.1.28. Comunicar, imediatamente, ao Executor do Contrato eventuais defeitos nos equipamentos que prejudiquem a execução dos serviços, adotando as providências necessárias à correção dos defeitos;
- 14.1.29. Providenciar Livro de Ocorrências, mantendo-o disponível para apreciação do CONTRATANTE;
- 14.1.30. Registrar no Livro de Ocorrências os fatos, falhas, irregularidades e anormalidades constatados na execução dos serviços;
- 14.1.31. Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência e às carteiras profissionais dos funcionários alocados à execução do serviço contratado;
- 14.1.32. Refazer, sem acréscimo ao preço contratado, os serviços considerados insatisfatórios pelo Executor do Contrato.
- 14.2. O(s) profissional(ais) indicado(s) pela licitante, na época da apresentação da proposta, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverá(ão) participar da execução do serviço objeto da licitação, em regime de dedicação integral.
- 14.2.1. Admite-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovado ao METRÔ-DF. Para tanto, o Contratado deverá comprovar, novamente, o vínculo dos profissionais, seja trabalhista, societário ou por contrato de prestação de serviços.
- 14.3. A CONTRATADA, sob nenhum pretexto, poderá argumentar desconhecimento do local onde realizará os referidos serviços, podendo visitar o local antes da apresentação de suas propostas, a fim de emissão do Atestado de Vistoria Técnica – ANEXO II. Todas as condições locais deverão ser adequadamente observadas, devendo ainda ser pesquisados e levantados todos os elementos que possam influenciar no desenvolvimento dos trabalhos, de modo que não serão atendidas solicitações, durante os serviços, sob o argumento de falta de conhecimento de dados. Em caso de pleno conhecimento dos locais, poderá apresentar declaração de abstenção de vistoria, conforme ANEXO III.
- 14.4. Cabe à Contratada a responsabilidade civil e pessoal por todo e qualquer dano que cause ao METRÔ-DF, a terceiros ou a prepostos seus, por ação ou omissão em decorrência da execução dos serviços objeto dessa licitação.
- 14.5. Na hipótese de chamamento do METRÔ-DF em juízo, a qualquer título em função dos serviços prestados pela Contratada, esta obriga-se a assumir todos os ônus decorrentes, ficando o METRÔ-DF autorizado a glosar das faturas devidas as importâncias estimadas no processo.
- 14.6. Informar a necessidade de interromper as atividades normais do Metrô/DF por ocasião da instalação/desinstalação dos aparelhos de ar condicionado.
- 14.7. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da entrega dos equipamentos novos, desinstalação dos equipamentos antigos, instalação de todos os aparelhos de ar condicionado, objeto deste Termo de Referência e realizar todos os testes que possam garantir o pleno funcionamento e manuseio dos aparelhos de ar condicionado.
- 14.8. Caso a empresa representante deixe de prestar os serviços propostos, atender às solicitações efetuadas de assistência técnica pelo Metrô/DF, durante o período de garantia, a empresa vencedora deste certame será responsabilizada pela execução do contrato em toda a sua integralidade.
- 14.9. A Contratada deverá possuir no mínimo um profissional técnico em refrigeração e ar condicionado entre os executores do serviço. Esse profissional deve estar credenciado ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT na época da execução dos serviços.
- 14.10. A Contratada deverá, para fins de execução contratual, possuir registro no CREA, se obrigando, especialmente, a indicar formalmente, antes de iniciar a prestação dos serviços, o preposto da Contratada perante a Administração, informando seu endereço de e-mail e telefones para contato. Ele será responsável pela prestação de todas as informações solicitadas pelo METRÔ-DF, bem como, pela perfeita execução dos serviços e cumprimento das solicitações feitas pelo Gestor do Contrato. Em caso de necessidade de alteração do preposto indicado, seja por motivo de férias, afastamento ou outro qualquer, o METRÔ-DF deverá ser informado imediatamente.
- 14.11. A fiscalização ou o acompanhamento dos serviços por parte do METRÔ-DF, não excluem ou reduzem a responsabilidade da Contratada.
- 14.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive transporte até o local indicado para entrega, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do equipamento.
- 14.13. Após a instalação de todos os equipamentos, a Contratada deverá efetuar testes que comprovem o perfeito funcionamento dos aparelhos e das instalações, inclusive quanto à ausência de vazamento nas redes de tubulações de gás refrigerante, além de fornecer documento com o resultado de tais testes e inspeções realizadas nas instalações e equipamentos;
- 14.14. Concluídos os serviços, deverá ser feita uma limpeza geral da obra e uma revisão de todos os acabamentos antes do recebimento provisório dos serviços.
- 14.15. Para qualquer serviço mal executado, a Contratante reservar-se-á o direito de solicitar a modificação, refazer ou substituir, da forma e que melhor lhe convier, sem que tal fato acarrete em solicitação de ressarcimento financeiro por parte da Contratada, nem extensão do prazo para conclusão do objeto do contrato.
- 14.16. O METRÔ-DF não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 14.17. Caso a empresa representante deixe de prestar os serviços propostos, atender às solicitações efetuadas de assistência técnica pelo METRÔ-DF, durante o período de garantia, a empresa vencedora deste certame será responsabilizada pela execução do contrato em toda a sua integralidade.
- 14.18. A contratada se obra a destinar 3% (três por cento) das vagas de trabalho a apenas em condições de exercer trabalho externo ou egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 15.1. Constituem obrigações e responsabilidades do METRÔ-DF:
  - 15.1.1. Designar empregado ou comissão de empregados para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo esta fazer anotações e registros de todas as



ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

- 15.1.2. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio de pessoa por ele indicado;
- 15.1.3. Comunicar a Contratada qualquer ocorrência verificada no âmbito dos serviços executados;
- 15.1.4. Solicitar a substituição do serviço que apresentar vícios, defeitos ou incorreções ou que não estiver de acordo com o objeto contratado;
- 15.2. O METRÔ-DF emitirá a Ordem de Serviço para início dos Trabalhos no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato. A nova CONTRATADA deverá estar mobilizada a partir da zero hora do último sábado, compreendido dentro desse período, que coincidirá com a data de assinatura da Ordem de Serviço.
- 15.3. Os serviços sob responsabilidade do METRÔ-DF abrangem as seguintes atividades:
  - 15.3.1. Operação do SISTEMA metroviário;
  - 15.3.2. Controle e fiscalização dos serviços de manutenção;
  - 15.3.3. Engenharia de Manutenção;
  - 15.3.4. Operação e gestão do CIM, Almoarifado e Arquivo Técnico da Manutenção;
  - 15.3.5. Vigilância patrimonial;
  - 15.3.6. Limpeza do Complexo Metroviário do Distrito Federal, em Águas Claras, do Pátio Asa Sul, das Estações e Subestações, à exceção das áreas de uso específico da CONTRATADA.
- 15.4. O METRÔ-DF disponibilizará às CONTRATADAS, conforme necessidade, o detalhamento das atividades desenvolvidas no CIM, Almoarifado e Arquivo Técnico da Manutenção.
- 15.5. Os aparelhos novos deverão ser encaminhados ao Almoarifado do METRÔ-DF para procedimentos contábeis e armazenamento, se necessário, antes do encaminhamento aos locais de instalação.
  - 15.5.1. As instalações só será autorizada após os procedimentos tratados no item 14.5.
- 15.6. **Da Fiscalização:**
  - 15.6.1. Sem prejuízo de plena responsabilidade da Contratada perante a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços;
  - 15.6.2. A fiscalização do METRÔ-DF solucionará todos os impasses quanto à substituição de materiais, no todo ou em partes;
  - 15.6.3. Solicitar a imediata retirada, do local dos serviços, de qualquer funcionário da Contratada que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências. Tal fato não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais e ensejará a aplicação de sanções administrativas à contratada
  - 15.6.4. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada;
    - 15.6.4.1. Deverá ser apresentada à fiscalização amostra de todo material e/ou equipamento a ser empregado no serviço, objeto da Rotina de Montagem e desmontagem de aparelhos de ar condicionado, antes de sua utilização, reservando-se à fiscalização o direito de solicitar a substituição daqueles que não estejam em conformidade com o padrão existente nas Edificações;
  - 15.6.5. A presença da fiscalização do METRÔ-DF não diminuirá a responsabilidade da Contratada.
  - 15.6.6. O METRÔ-DF compromete-se a fornecer as informações necessárias para a execução dos serviços, tais como documentação existente, legislações pertinentes e outros.
- 15.7. **Do gestor:**
  - 15.7.1. O Gestor, indicado pelo METRÔ-DF, deverá receber/dar aceite dos aparelhos de ar condicionado, serviços e correções executados, quando for o caso;
  - 15.7.2. Emitir atestados de recebimento provisório e definitivo, após a entrega regular dos serviços e materiais objetos desse Termo de referência;
  - 15.7.3. Solicitar à CONTRATADA a emissão de nota fiscal se for o caso, após o atesto definitivo de entrega dos materiais e serviços na forma contratada neste Termo de Referência;
  - 15.7.4. Aprovar e atestar a nota fiscal/Fatura dos aparelhos, serviços prestados, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao pagamento;
  - 15.7.5. Comunicar a necessidade de aplicação de sanção, quando houver descumprimento contratual ou qualquer prejuízo de responsabilidade da CONTRATADA;
  - 15.7.6. Comunicar à licitante vencedora qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas;
  - 15.7.7. Proporcionar todas as facilidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, como acesso às dependências do Metrô-DF e a disponibilidade de informações pertinentes.
- 15.8. **Do prazo de entrega e instalação**
  - 15.8.1. A Contratada deverá entregar e instalar os equipamentos em até 60 (sessenta) dias da data da assinatura do contrato.
- 15.9. **Das condições de Entrega e Recebimento**
  - 15.9.1. Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme procedimentos do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações e requisitos contidos na proposta e previstos no edital;
  - 15.9.2. Todos os materiais para a instalação deverão, sem exceção, ser sempre novos e de primeiro uso, estar em plena conformidade com as especificações de uso e finalidades do fabricante para as instalações dos equipamentos de ar condicionados como canos de cobre, conexões de cobre, gás refrigerante ecológico, proteção de espuma e fitas de alumínio para isolamento de dutos de cobre e, não serão aceitos materiais reciclados, manufaturados ou reconicionados e sendo parte integrante da entrega, os serviços necessários para a instalação dos equipamentos como por exemplo: de serralheria, sendo solda e ressolda de cantoneiras e se necessário fornecer cantoneiras novas, para melhor sustentação dos aparelhos e recuperação de vidros das janelas e se necessário fornecer vidros e materiais de fixação.
  - 15.9.3. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:
    - 15.9.3.1. A empresa contratada procederá a desembalagem, instalação com todos os materiais necessários e a configuração dos produtos para posterior realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão técnica deste METRÔ-DF;
    - 15.9.3.2. Cada produto será verificado de acordo com as características e posteriormente aferido a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento;
  - 15.9.4. Qualquer produto será recusado, caso esteja nas seguintes condições:
    - 15.9.4.1. Entrega em desconformidade com as especificações técnicas desse Termo de Referência;
    - 15.9.4.2. Caso qualquer componente adquirido não seja novo;
    - 15.9.4.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

15.9.5. Para a execução de todo e qualquer serviço de desinstalação, instalação e testes de funcionamento dos equipamentos de ar condicionado instalados, caberá à empresa contratada observar toda a infraestrutura existente bem como a distribuição no quadro de energia elétrica, necessárias para as instalações adequadas de todos os equipamentos de ar condicionado objeto deste certame;

15.10. **O recebimento** dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelo Executor do Contrato ou Comissão de Recebimento, da seguinte forma:

15.10.1. **Provisoriamente**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da montagem inicial do produto, para posterior verificação da conformidade através de configuração e testes de funcionamento de acordo com as especificações técnicas, devendo ser emitido Termo de Recebimento Provisório (TRP) – Anexo VII;

15.10.2. **Provisoriamente**, no prazo máximo de 15 (cinco) dias, a contar da data de recebimento de comunicação do Contratado sobre a finalização dos serviços, por meio do Protocolo do METRÔ-DF, após verificações de conformidade de configurações e testes de funcionamento de acordo com as especificações técnicas.

15.10.3. Caso seja verificada alguma inconsistência nas verificações realizadas, o Executor do Contrato enviará um Relatório de Pendências, junto ao Termo de Recebimento Provisório (TRP) - Anexo III, o qual deverá ser finalizada em 30 (trinta) dias, para posterior verificação da conformidade através de configuração e testes de funcionamento de acordo com as especificações técnicas;

15.10.4. **Definitivamente**, no prazo máximo de 15 (cinco) dias, a contar da data de recebimento de comunicação do Contratado sobre a finalização dos serviços, por meio do Protocolo do METRÔ-DF, após verificações de conformidade de configurações e testes de funcionamento de acordo com as especificações técnicas.

15.10.5. Constatado o pleno funcionamento dos equipamentos instalados, bem como a integridade dos subsistemas envolvidos na execução dos serviços, o Executor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) – Anexo VIII;

15.11. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada até que a situação seja regularizada;

15.12. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo Metrô-DF.

15.13. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada em relação o cumprimento integral do objeto durante o período de garantia.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A inexecução de qualquer uma das obrigações constantes neste Termo de Referência ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF (RILC):

16.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, pela execução extemporânea de obrigações contratuais, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, pelo retardamento do início da execução do contrato, pelo comportamento fraudulento ou inidôneo do contratado e por outras ações ou omissões previstas no contrato e seus anexos, o METRÔ-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.2.1. I. Advertência;

16.2.2. II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

16.2.3. III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o METRÔ-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.2.4. As sanções previstas nos itens 16.3 e 16.4 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção do item 16.5.

16.2.5. A aplicação das sanções previstas nos itens 13.6 a 16.6 não impede a rescisão do contrato e não exime o contratado da responsabilidade de ressarcir e/ou indenizar o METRÔ-DF e/ou terceiros por eventual enriquecimento sem causa, lucros cessantes e/ou perdas e danos.

16.3. As sanções acima previstas poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

16.3.1. I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; METRÔ-DF Regulamento Interno de Licitações e Contratos Versão 1.4 104

16.3.2. II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.3. III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o METRÔ-DF em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. Toda sanção só poderá ser aplicada após regular processo administrativo, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento de notificação, onde deverão estar indicados os fundamentos de fato e de direito e as sanções que se pretende aplicar.

16.4.1. A multa será descontada de eventuais pagamentos devidos ao contratado e/ou da garantia contratual.

16.4.2. Se a multa for de valor superior ao valor de eventuais pagamentos devidos e da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, mediante cobrança judicial.

16.5. A multa terá os seguintes percentuais como parâmetro padrão, nos termos do Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006, e alterações posteriores, caso outros não tenham sido expressamente estabelecidos em edital ou contrato:

16.5.1. I. 0,1% (um décimo por cento) por dia, sobre o valor atualizado do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), em caso de descumprimento da obrigação de implementar e manter Programa de Integridade;

16.5.2. II. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou na execução dos serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

16.5.3. III. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos materiais e/ou na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do METRÔ-DF, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

16.5.4. IV. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento dos prazos de entrega, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos incisos II e III deste artigo;

16.5.5. V. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo METRÔ-DF, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do METRÔ-DF Regulamento Interno de Licitações e Contratos Versão 1.4 105 serviço, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

16.5.6. VI. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

16.5.7. § 1º O tempo de atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal no METRÔDF, ou no primeiro dia útil seguinte.

- 16.5.8. § 2º O atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade faz cessar a aplicação da multa prevista no inciso I deste artigo, sem prejuízo da cobrança pelo período de efetivo descumprimento.
- 16.6. O prazo de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o METRÔ-DF deverá ser arbitrado ao licitante ou contratado de acordo com o seguinte:
- 16.6.1. I. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, o contratado permanecer inadimplente;
- 16.6.2. II. Por até 90 (noventa) dias, quando deixar de entregar no prazo estabelecido no edital os documentos e anexos exigidos em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico;
- 16.6.3. III. Por até 12 (doze) meses, quando o licitante, na modalidade pregão, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.6.4. IV. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando o licitante e/ou contratado:
- 16.6.4.1. a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- 16.6.4.2. b. Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do procedimento de escolha de terceiros;
- 16.6.4.3. c. Não efetuar o pagamento de multas aplicadas pelo METRÔ-DF.
- 16.7. A competência para aplicar as sanções previstas neste Capítulo é do Diretor da Unidade Demandante, cabendo recurso METRÔ-DF Regulamento Interno de Licitações e Contratos Versão 1.4 contra a sua decisão, dirigido ao Diretor-Presidente do METRÔ-DF, no mesmo prazo oferecido para defesa prévia, a contar da data do recebimento da notificação da decisão pelo contratado.
- 16.7.1. § 1º A decisão deverá ser fundamentada, inclusive quanto à proporcionalidade da sanção aplicada em função da natureza e da gravidade da falta cometida.
- 16.7.2. § 2º Se a Unidade Demandante estiver diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, o recurso será julgado pela Diretoria Colegiada do METRÔ-DF.
- 16.8. O METRÔ-DF deverá informar os dados relativos às sanções aplicadas a contratados, de forma a manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.8.1. § 1º O fornecedor incluído no cadastro referido no caput deste artigo não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.
- 16.8.2. § 2º Serão excluídos do cadastro referido no caput, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra eles promovida.
- 16.9. As penalidades aplicadas pelo METRÔ-DF deverão ser igualmente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010. Parágrafo Único. A exclusão de registro de penalidade se dará de acordo com as normas aplicáveis a cada sistema de cadastro de fornecedores.

## 17. DO PAGAMENTO

- 17.1. Para o pagamento, serão aplicadas as seguintes exigências e prazos:
- 17.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011.
- 17.2.1. O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias**, contados a partir da entrega da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada, no protocolo do METRÔ-DF, sendo que a sua emissão deverá acontecer **até o último dia mês** da execução dos serviços, estando acompanhada da Autorização de Faturamento - AF, observado o preço proposto para o serviço e considerando a incidência do Fator R.V.R, já apontado na Autorização de Faturamento.
- 17.2.2. O pagamento será efetuado desde que tenham sido cumpridas as exigências contratuais e administrativas do METRÔ-DF.
- 17.3. O pagamento ou a Autorização de Faturamento – AF poderão ficar retidos, caso a CONTRATADA deixe de cumprir quaisquer obrigações contratuais de natureza técnica, administrativa, segurança e medicina do trabalho, legislação trabalhista e outras pertinentes.
- 17.4. Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável à CONTRATANTE, no pagamento relativo a execução dos serviços, o valor devido, será corrigido monetariamente, desde o vencimento da obrigação até o efetivo pagamento, de acordo com a variação pró-rata-tempore da TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- 17.5. A CONTRATANTE, dispondo de recursos financeiros poderá antecipar o pagamento, desde que seja concedido pela CONTRATADA o desconto pró-rata-tempore equivalente a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- 17.6. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, junto com sua fatura, as seguintes documentações de regularidade fiscal e trabalhista;
- 17.6.1. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP emitida pela Receita Federal;
- 17.6.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em plena validade;
- 17.6.3. Certificado de Regularidade perante o INSS, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, alterada pela Lei n.º 8.870, de 15 de abril de 1994, em plena validade;
- 17.6.4. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, em plena validade;
- 17.6.5. Certidão Negativa de Débito com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade;
- 17.6.6. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para empresa sediada, domiciliada ou com filial no Distrito Federal, em plena validade;
- 17.6.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, nos termos da Lei nº. 12.440/2011, em plena validade.
- 17.7. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da liquidação, o fornecimento realizado estiver em desacordo com os termos contratuais.
- 17.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 17.9. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente enviados à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.
- 17.10. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data da nova protocolização.

**18. DA REAJUSTE**

- 18.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contados da data de apresentação da proposta ou orçamento a que essa proposta se referir, o valor consignado no contrato será reajustado, corrigindo monetariamente os valores apresentados.
- 18.2. O índice que deverá ser utilizado para reajuste dos preços é o IPCA ou outro que venha a substituí-lo.
- 18.3. É de competência da CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.
- 18.4. Conforme o art. 61 da Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, em nenhuma hipótese, haverá reajustamento de periodicidade inferior à anual.
- 18.5. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será computado do último reajustamento correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 18.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajustamento encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;
- 18.7. Caso a CONTRATADA não solicite o reajustamento de preços tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste;
- 18.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, a novo reajustamento só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 18.8.1. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 18.8.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa).
- 18.9. Para o reajustamento dos custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
- 18.9.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 18.9.2. As particularidades deste Contrato;
- 18.9.3. A nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 18.9.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 18.9.5. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
- 18.9.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 18.10. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustamentos terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 18.10.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajustamento;
- 18.10.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustamentos futuros;
- 18.11. Os efeitos financeiros do reajustamento ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 18.12. A decisão sobre o pedido de reajustamento de preços deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 18.13. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 18.14. Os reajustamentos serão formalizadas por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

**19. DA VISTORIA TÉCNICA**

- 19.1. A vistoria tem a finalidade de propiciar às interessadas, ciência acerca das condições dos locais e peculiaridades atinentes ao fornecimento e instalação que compõem o objeto, para fins de elaboração da proposta e o devido cumprimento contratual.
- 19.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o proponente poderá vistoriar o local em que serão executados os serviços, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Gerência de via Permanente e Edificações, pelos telefones (61) 3353-7342 e (61) 3353-7372, das 09h00m às 17h30m.
- 19.3. A Vistoria Técnica será acompanhada por representante do METRÔ-DF, designado para este fim.
- 19.4. O representante da proponente, no ato da Vistoria Técnica, deverá ser credenciado pelo METRÔ-DF, na Secretaria do Superintendência de Manutenção - SMT.
- 19.5. Para efeitos de validade da vistoria técnica realizada, o representante da proponente deverá ser um profissional inscrito no CREA, seja qual for o vínculo jurídico estabelecido entre este e o proponente licitante (sócio, prestador de serviços ou empregado), apresentando no ato do credenciamento o documento de identidade profissional expedido pelo CREA ou, na falta deste, qualquer outro documento de identificação legal, acompanhado do comprovante de inscrição no CREA.
- 19.5.1. Ao comparecer no local para a Vistoria Técnica, o profissional indicado deverá apresentar-se munido de documentação comprobatória de representação da proponente (contrato social, para o caso de sócio e instrumento público de procuração, para os demais casos) e documentação pessoal - cédula de identidade profissional do CREA.
- 19.6. Na Vistoria Técnica, não poderá o mesmo profissional (visitante) representar mais de uma empresa proponente.
- 19.7. Após a realização da Vistoria Técnica, será emitido o Termo de Vistoria Técnica – ANEXO II, deste Termo de Referência, em 2 (duas) vias, assinadas pelos representantes do METRÔ-DF e da PROPONENTE.
- 19.8. Não poderão ser realizadas vistorias concomitantes para dois ou mais fornecedores, devendo ser respeitado um intervalo mínimo entre os acompanhamentos.
- 19.9. Tendo em vista a faculdade da realização da Vistoria Técnica, o licitante vencedor não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, devendo, para tanto, apresentar juntamente com a sua proposta, caso seja sagrado arrematante do objeto da licitação, a Declaração de Abstenção de Vistoria Técnica aos Locais de Prestação dos Serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado – ANEXOIII deste Termo de Referência.
- 19.10. Diante do exposto é recomendável vistoria ao local pelas licitantes para que conheçam as condições e possíveis trajetos na instalação dos equipamentos de ar condicionado. Inclusive

procedendo à análise de todos os detalhes, tomando ciência das características dos locais onde serão realizadas as medições, dimensões e padrões adotados, assim como eventuais dificuldades para a instalação dos equipamentos condicionadores de ar, execução dos serviços e demais informações necessárias à elaboração da proposta, para que possam dimensionar e certificar-se dos serviços que serão executados.

20. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
- 20.1. O Fiscal de Contrato poderá solicitar, total ou parcialmente, à empresa contratada, para fins de fiscalização e para efeito de pagamento, os seguintes documentos:

20.1.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

20.1.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

20.1.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

20.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

20.2. A fiscalização caberá ao METRÔ-DF, inclusive em caráter temporário, durante esse período.

21. DA HABILITAÇÃO
- 21.1. As empresas interessadas deverão comprovar aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de atestado (s) de aptidão técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estar fornecendo materiais e serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com objeto deste Termo de Referência.

21.2. Ser empresa devidamente habilitada, com Certidão de Registro e Comprovante de regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, expedidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), possuindo contrato social devidamente compatível com a execução do presente objeto deste Termo de Referência;

21.3. Apresentar pelo menos (01) um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado serviços de características semelhantes aos descrito neste Termo de Referência;

21.4. Da Qualificação Técnico-Operacional:

21.4.1. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para fins de qualificação técnico-operacional:

21.4.2. Prova de registro da pessoa jurídica PROPONENTE no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. As pessoas jurídicas deverão apresentar sua certidão de registro e quitação expedida pelo CREA do seu estado de origem, nos termos do que disciplina a resolução CONFEA Nº. 413/97.

21.4.3. Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome da pessoa jurídica PROPONENTE, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(em) a execução, em sua totalidade de:

21.4.4. Desempenho de atividades de **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO**, em que haja a comprovação da execução do quantitativo mínimo, conforme Tabela 11:

Tabela 11 - Quantitativo mínimo para habilitação.

| ITEM | SERVIÇO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | Fornecimento e Serviços de instalação de sistema de climatização do mesmo padrão do projeto, ou seja, aparelhos de Condicionador de ar tipo split Hi-Wall Inverter, similares aos descritos no item 5.1.1. | und     | 50         |

- 21.4.5. O atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

21.4.6. Será aceito o somatório de atestados e/ou certidões, para fins de comprovação da capacidade técnica, apenas se os serviços a que se referem os atestados tenham sido realizados concomitantemente pela empresa, em contratos distintos de acordo com o Acórdão nº 2.387/2014-TCU, Plenário, Rel. Ministro Benjamin Zymler, j. em 10.09.2014.
- 21.5. Da Qualificação Técnico-Profissional

21.5.1. Prova de registro dos profissionais, RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, regulados pelo Sistema CONFEA/CREA, conforme indicação no item 10 , no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. As pessoas jurídicas deverão apresentar a certidão de registro e quitação de seus profissionais, expedida pelo CREA do seu estado de origem, nos termos do que disciplina a resolução CONFEA Nº. 413/97.

21.5.2. Certidão de Acervo Técnico – CAT, acompanhada do Atestado de Capacidade Técnica correspondente, em nome de cada um dos profissionais, RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, regulados pelo Sistema CONFEA/CREA, devidamente registrados no CREA, comprovando que já executou ou está executando serviços de **fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado**.

21.5.3. As comprovações dos serviços deverão ser comprovadas por Atestados de Capacidade Técnica registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.
- 21.6. Da Qualificação Econômico-Financeira:

21.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o termo de abertura e termo de encerramento do livro contábil, devidamente registrado na Junta Comercial ou Órgão competente), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação econômica da empresa.

21.6.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

i - ILC: Índice de Liquidez Corrente, com valor igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero):

$$ILC \geq \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

ii - ILG: Índice de Liquidez Geral, com valor igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero):

$$ILG \geq \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$$

i - ISG: Índice de Solvência Geral, com valor igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero):

21.6.3. A licitante deverá demonstrar, preenchendo a planilha de Demonstração, a Qualificação Econômico-Financeira constante do ANEXO V, deste Termo de Referência, os cálculos utilizados para obtenção dos índices exigidos nos itens i, ii e iii acima.

21.6.4. Comprovação de capital social de 10% (dez por cento) do preço estimado para a contratação, por meio do CRC ou do contrato social ou de alteração contratual ou de certidão de pessoa jurídica simplificada da Junta Comercial, totalmente integralizado e registrado, relativamente à data de apresentação da documentação.

21.6.5. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do período de validade expresso na própria certidão.

#### 21.7. Relativamente às Declarações

21.7.1. Declaração de Compromisso Profissional para o responsável técnico o qual se refere o item 9.1, conforme modelo constante do ANEXO VI, deste Termo de Referência;

21.7.1.1. As pessoas jurídicas deverão comprovar, no ato da assinatura do contrato, que os profissionais citados em seus atestados pertencem ao seu quadro técnico (seja de ordem societária, empregatícia, ou por contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum), ou que foram substituídos por outro(s) de igual ou superior qualificação, conforme disciplina o art. 48 da Resolução CONFEA nº 1.025/2009.

21.7.2. É vedada indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todos os envolvidos.

21.7.3. Não será admitida a substituição de qualquer um dos profissionais indicados na Equipe Técnica durante a fase de licitação, sob pena de inabilitação da licitante que a fizer.

### 22. DA GESTÃO DO CONTRATO

22.1. O gerenciamento do contrato e a execução dele decorrente, ficarão a cargo de um Gestor ou Comissão Gestora legalmente designada por Instrução de Serviço a ser exarada pelo Diretor-Presidente do METRÔ-DF.

22.2. São atribuições do Gestor ou da Comissão Gestora do METRÔ-DF:

22.2.1. Representar o METRÔ-DF junto aos representantes da CONTRATADA, no trato dos assuntos pertinentes à execução dos serviços que são objeto do contrato;

22.2.2. Acompanhar, permanente e ininterruptamente, a execução de todos os técnicos profissionais especializados, supervisionando e fiscalizando os trabalhos da CONTRATADA, de forma a assegurar que esta cumpra o que estabelece o contrato e os demais documentos dele integrantes;

22.2.2.1. Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, desde que associadas ao objeto do contrato;

22.2.2.2. Acompanhar a CONTRATADA na Medição dos serviços executados e aceitos, analisando e aprovando a Medição que estejam corretos, autorizando, assim, a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para fins de pagamento;

22.2.2.3. Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com as especificações, exigindo da CONTRATADA a correção daquilo que for considerado inadequado, não a eximindo das penalidades associadas ao Acordo de Nível de Serviço - ANS;

22.2.2.4. Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento;

22.2.2.5. Determinar o afastamento de pessoal da CONTRATADA, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, ao seu exclusivo critério;

22.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações referentes ao objeto do contrato que a Gestão julgar necessárias conhecer ou analisar. Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA deverá apresentar-se às convocações da COMISSÃO GESTORA do METRÔ-DF, de modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência;

22.2.4. Todo o contato/reunião sobre qualquer assunto entre o METRÔ-DF e a CONTRATADA só terá validade se oficializado mediante cartas ou atas de reuniões. Cabe à Gestão do METRÔ-DF, no ato da convocação, especificar os assuntos que serão tratados, cabendo à CONTRATADA os ônus ocasionados pelo não atendimento da convocação;

22.2.5. Cabe à CONTRATADA, do mesmo modo, solicitar reuniões ou consultas quando necessário, especificando, na solicitação, o assunto a ser tratado.

### 23. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

23.1. A estimativa de preço foi feita mediante verificação dos valores fixados para cada categoria profissional, considerando o piso salarial da categoria. Além disso, foram utilizadas pesquisas de preços em fontes públicas como o Painel de Preços do Ministério da Economia, o e-Compras do Governo do Distrito Federal, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI/CEF, o Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe – ORSE e outras Tabelas de Preços de Referência, acrescidos de encargos complementares por cargo e função.

### 24. DA GARANTIA CONTRATUAL

24.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5%, na modalidade de caução em dinheiro ou em títulos da dívida ativa, seguro garantia ou fiança bancária, de seu valor total, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato, observadas as condições previstas no Edital, sob pena das sanções contratuais, inclusive a rescisão do contrato.

24.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

24.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

24.2.2. Prejuízos diretos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

24.2.3. Multas contratuais aplicadas pelo METRÔ-DF à Contratada.

24.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, de responsabilidade do Contratado, quando não honradas com pontualidade.

24.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

24.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

24.5. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza o METRÔ-DF a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas.

24.6. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.

24.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica no Banco de Brasília S.A. - BRB, com correção monetária.

24.8. No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando

da contratação;

24.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada, podendo ser prorrogado por igual período a critério do METRÔ-DF.

24.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.11. Será considerada extinta a garantia:

24.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

24.11.2. Com a sua total utilização por parte do METRÔ-DF dentro do prazo de validade; ou

24.11.3. Com a expiração do prazo de validade da garantia.

24.12. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratações do METRÔ-DF, Lei nº. 13.303/2016 e pelos preceitos de Direito Privado. O comprovante de recolhimento de qualquer das garantias deverá ser protocolado no METRÔ-DF e endereçado ao gestor do contrato, indicando-se no título da correspondência/carta a unidade administrativa respectiva. A garantia escolhida pela Contratada poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do Contrato, com anuência do METRÔ-DF.

## 25. DA GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS

25.1. O prazo de garantia dos equipamentos (condensadores e evaporadores) será de, no mínimo, **365 (trezentos e sessenta e cinco dias)**, contados da data de recebimento definitivo, independentemente do fabricante.

25.2. O prazo de garantia dos serviços de instalação será de, no mínimo, **365 (trezentos e sessenta e cinco dias)** contado do recebimento definitivo.

25.3. Durante o período de garantia a empresa contratada deverá responsabilizar-se pela embalagem, retirada, devolução e reinstalação do equipamento, bem como encargos relacionados ao atendimento de garantia do produto sem qualquer ônus ao Metrô-DF.

25.4. A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos se, porventura, forem entregues com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

25.5. Caso o produto instalado apresente defeito de fabricação irrecuperável, a empresa contratada deverá providenciar a troca do mesmo no prazo máximo de 10 (dez) dias.

25.6. No período de garantia deverá ser prestada assistência técnica / manutenção corretiva e preventiva, de acordo com orientação do Manual do fabricante, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais ao Metrô-DF.

25.7. A assistência técnica deverá solucionar a ordem de serviço, após sua abertura pelo Metrô-DF via CIM (Centro de Informação da Manutenção) em até 48 horas, ao final das quais caso não tenha sido solucionada deverá ser substituído por equipamento similar ou superior.

25.8. O fornecedor deverá indicar número em Brasília para acionamento de técnicos para execução de reparo.

25.9. São de inteira responsabilidade da empresa contratada para serviços de assistência técnica a identificação de seus empregados, assim como fornecimento de equipamentos de proteção individual, ferramentas, bem como meios para transporte de colaboradores e equipamentos aos locais onde será prestado o serviço de manutenção.

## 26. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

26.1. Nos termos do art. 5º, inc. III da IN nº01 de 19/01/2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão os objetos desta licitação deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, devendo ainda, salvaguardadas as possibilidades dentro do objeto da contratação, fornecer materiais compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 E 15448-2.

26.2. A desembalagem e descarte de materiais deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

26.3. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários na entrega do objeto.

26.4. Utilizar lacres e rótulos compostos de materiais recicláveis e ou biodegradáveis.

26.5. Providenciar o adequado descarte dos resíduos gerados no fornecimento e serviços de instalação, compreendidos o lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação ambientalmente adequada, conforme a Lei 12.305/2010 (Lei de Resíduos Sólidos).

26.6. Na hipótese de descumprimento parcial ou total pela CONTRATADA das obrigações assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar, segundo a gravidade da falta cometida, as penalidades de natureza pecuniária e restritiva de direitos previstas no Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e suas alterações;

26.7. A CONTRATADA responderá solidariamente com seus representantes, agentes, empregados, prepostos e ou subcontratados, sujeitando-se a arcar com indenização por perdas e danos patrimoniais e morais e/ou lucros cessantes decorrentes de atrasos na entrega dos equipamentos e ou inexecução dos serviços, salvo se ficar comprovado que ocorreram por motivo de caso fortuito ou de força maior, obrigação legal ou inexistência de culpa ou dolo.

26.8. A Contratada deverá apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A referida Instrução Normativa pode ser encontrada no seguinte link: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao>.

## 27. DO MAPA DE RISCOS

27.1. A Matriz de Riscos define os riscos e as responsabilidades entre o Contratante e a Contratada e caracteriza o equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

27.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.

27.3. A Contratada não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.

27.4. A Contratada declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

27.5. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, para apurar o caso concreto.

## 28. DA RACIONALIZAÇÃO DE DESPESAS

28.1. Não se aplica os termos do Decreto Distrital nº. 39.624/2019, o qual estabelece a racionalização de despesas apenas para contratos em vigência, circunstância esta que não se verifica

para o presente objeto, bem como, atestamos que o objeto foi dimensionado para atender à área técnica na medida racional de suas necessidades, não havendo, portanto, quantitativo indevidamente arbitrado a maior, em atenção à Circular SEI-GDF nº. 2/2019-METRO-DF/PRE/GAB.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, levantar todas as questões necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos, a fim de não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.
- 29.2. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções da presente especificação não poderão, jamais, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. A Contratada deverá ter computado no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto;
- 29.3. Em decorrência dos serviços, a Contratada ficará responsável pela segurança no interior dos prédios, não somente quanto à Segurança do Trabalho, mas também em relação à preservação dos bens patrimoniais e integridade física das pessoas.
- 29.4. A CONTRATADA não poderá executar serviços que estejam fora do escopo deste Termo de Referência, sem que haja a autorização por escrito do(s) Gestor(es) do Contrato, sob pena de não ser ressarcida;
- 29.5. Esclarecimentos de ordem técnica serão fornecidos pela Gerência de Manutenção de Via Permanente e Edificações - OGVPE, localizada no Galpão de Manutenção na Sede do METRÔ-DF, ou pelo telefone (61) 3353-7342, de segunda a sexta-feira no horário de 08 às 17 horas.
- 29.6. A Contratada obriga-se à implantação do Programa de Integridade de que trata a Lei nº. 6.112/2018, com alterações dadas pela Lei nº. 6.308/2019, exigindo-se a sua execução a partir da celebração do contrato administrativo, sendo que a comprovação da sua implantação será aferida pela gestão a partir do 1º mês de execução contratual, ficando a contratada sujeita às sanções legais em caso de descumprimento dessa obrigação.
- 29.7. São partes integrantes deste Termo de Referência:
- 29.7.1. ANEXO I – Descrição dos Equipamentos e Localização (145037599);
- 29.7.2. ANEXO II – Termo de Vistoria Técnica aos Locais de Prestação dos Serviços de Montagem de Ar Condicionado (145037601);
- 29.7.3. ANEXO III – Declaração de Abstenção de Vistoria por pleno conhecimento dos locais e responsabilidades relativos a prestação dos serviços de montagem e de ar condicionado (145037604);
- 29.7.4. ANEXO IV – Planilhas de Demonstração da Qualificação Econômico-Financeira (145037607);
- 29.7.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Compromisso Profissional (145037609);
- 29.7.6. ANEXO VI - Termo de Recebimento Provisório (145037615);
- 29.7.7. ANEXO VII - Termo de Recebimento Definitivo (145037617);
- 29.7.8. ANEXO VIII - Modelo de Proposta (152116855).
30. ELABORAÇÃO

**Roberto Giuliani**  
Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações - OGVPE

31. APROVAÇÃO

**FERNANDO JORGE RODRIGUES**  
Diretor da Diretoria de Operação e Manutenção - DOM  
Respondendo



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 26/09/2024, às 14:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JORGE RODRIGUES - Matr.0003389-8, Diretor(a) de Operação e Manutenção substituto(a)**, em 26/09/2024, às 15:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador=152130287 código CRC= 29D2F44F.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.metro.df.gov.br](http://www.metro.df.gov.br)



Tabela - METRO-DF/DOM/SMT/OGVPE

**ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES E LOCALIZAÇÃO**

| Ar Condicionado de Salas Técnicas |  |
|-----------------------------------|--|
| Estação                           | Características Técnicas               |
| CCO                               | Aparelho KOMEKO split 48.000 BTU/h     |
|                                   | Aparelho KOMEKO split 60.000 BTU/h     |
| CTL                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| GAL                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| 102                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| 104                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| 106                               | Aparelho split 33.000 BTU/h            |
|                                   | Aparelho split 33.000 BTU/h            |
| 108                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| 110                               | Aparelho split 33.000 BTU/h            |
|                                   | Aparelho split 33.000 BTU/h            |
| 112                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| 114                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| ASA                               | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|                                   | Aparelho Silente ACJ 18.000 BTU/h      |
|                                   | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      |

|            |  |
|------------|--|
| <b>SHP</b> | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      |
|            |  |
| <b>FEI</b> | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|            | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h |
|            | Aparelho Air Master ACJ 10.000 BTU/h   |
| <b>GUA</b> | Aparelho Hitachi split 12.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
| <b>ARN</b> | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|            | Aparelho Air Master ACJ 30.000 BTU/h   |
| <b>CLA</b> | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      |
|            | Aparelho Carrier split 18.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| <b>CON</b> | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|            | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| <b>EPQ</b> | Aparelho Carrier split 24.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Elgin split 12.000 BTU/h      |
| <b>REL</b> | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|            | Aparelho Consul ACJ 30.000 BTU/h       |
| <b>ONO</b> | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
|            | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| <b>MET</b> | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h |
|            | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| <b>CES</b> | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
|            | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
|            | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
|            | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| <b>GBA</b> | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
| <b>CEC</b> | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
| <b>CEN</b> | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |

|            |  |
|------------|--|
| <b>CEI</b> | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
|            | Aparelho Hitachi split 18.000 BTU/h    |
| <b>TAS</b> | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| <b>FUR</b> | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h     |
| <b>SAS</b> | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h |
|            | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h     |
| <b>SAM</b> | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      |

| <b>Ar Condicionado Bilheterias e SSO</b> |  |              |
|--|--|--------------|
| <b>Estação</b>                           | <b>Características Técnicas</b>        | <b>Local</b> |
| <b>CTL</b>                               | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | Bilheteria   |
|  | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | Bilheteria   |
| <b>GAL</b>                               | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | Bilheteria   |
| <b>102</b>                               | Aparelho split York 17.500 BTU/h       | Bilheteria   |
|  | Aparelho split York 12.000 BTU/h       | SSO          |
|  | Aparelho split York 9.000 BTU/h        | Contagem     |
| <b>106</b>                               | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | SSO          |
|  | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | Bilheteria   |
|  | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | Bilheteria   |
|  | Aparelho split Springer 9.000 BTU/h    | Contagem     |
|  | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Multiuso     |
|  | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Segurança    |
|  | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Segurança    |
|  | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Segurança    |
| <b>108</b>                               | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria   |
| <b>110</b>                               | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | SSO          |
|  | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | Bilheteria   |
|  | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | Bilheteria   |
|  | Aparelho split Springer 12.000 BTU/h   | Multiuso     |

|            |  |            |
|------------|--|------------|
|            | Aparelho split Springer 9.000 BTU/h    | Contagem   |
|            | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Segurança  |
|            | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Segurança  |
|            | Aparelho split Springer 24.000 BTU/h   | Segurança  |
| <b>112</b> | Aparelho split York 17.500 BTU/h       | Bilheteria |
|            | Aparelho split York 12.000 BTU/h       | Contagem   |
|            | Aparelho split York 9.00 BTU/h         | SSO        |
| <b>114</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>ASA</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>SHP</b> | Aparelho split KOMECO 24.000 BTU/h     | Bilheteria |
| <b>FEI</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>GUA</b> | Aparelho split York 24.000 BTU/h       | Bilheteria |
|            | Aparelho split York 18.000 BTU/h       | Contagem   |
|            | Aparelho split Springer 18.000 BTU/h   | SSO        |
| <b>ARN</b> | Aparelho split Eletrolux 12.000 BTU/h  | Bilheteria |
| <b>CLA</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
|            | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
|            | Aparelho split KOMECO 12.000 BTU/h     | Fila       |
|            | Aparelho split KOMECO 12.000 BTU/h     | Pilotos    |
| <b>CON</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>EPQ</b> | Aparelho split 31.000 BTU/h            | Bilheteria |
|            | Aparelho de 9.000 BTU/h                | Gerencia   |
|            | Aparelho de 9.000 BTU/h                | Contagem   |
|            | Aparelho split 36.000 BTU/h            | SSO        |
|            | Aparelho split Springer 12.000BTU/h    | Bilheteria |
| <b>REL</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>MET</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>CES</b> | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| <b>GBA</b> | Aparelho split Hitachi 9.000 BTU/h     | Bilheteria |
|            | Aparelho split Hitachi 9.000 BTU/h     | Bilheteria |
|            | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |

|     |  |            |
|-----|--|------------|
| CEC | Aparelho split Hitachi 12.000 BTU/h    | Bilheteria |
|     | Aparelho split Hitachi 9.000 BTU/h     | Contagem   |
| CEN | Aparelho split Hitachi 12.000 BTU/h    | Bilheteria |
|     | Aparelho split Hitachi 18.000 BTU/h    | Contagem   |
| CEI | Aparelho split Hitachi 18.000 BTU/h    | Bilheteria |
|     | Aparelho split Hitachi 18.000 BTU/h    | Contagem   |
| TAS | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| FUR | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| SAS | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |
| SAM | Aparelho split Electrolux 12.000 BTU/h | Bilheteria |

| Ar Condicionado Galpão de Manutenção, CAO e blocos A e B |                                      |              |
|--|--------------------------------------|--------------|
| Local  | Tipo de Equipamento                  | Localização  |
| CAO  | Aparelho Spinger ACJ 12.000BTU/h     | CAO servidor |
|  | Aparelho Komeco split 12.000BTU/h    | PRE          |
| CCO  | Aparelho Komeco split 48.000 BTU/h   | CCO ST       |
|  | Aparelho Komeco split 48.000 BTU/h   | CCO ST       |
|  | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h    | Servidor     |
|  | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h    | OGSEG        |
| GALPÃO   | Aparelho Elgin split 12.000 BTU/h    | CIM          |
|  | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h   | SMT          |
|  | Aparelho Springer split 12.000 BTU/h | SMT          |
|  | Aparelho Carrier split 12.000 BTU/h  | SMT          |
|  | Aparelho Springer ACJ 8.000 BTU/h    | SMT          |
|  | Aparelho Consul ACJ 12.000 BTU/h     | SMT          |
|  | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h   | SMT          |
|  | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h    | SMT          |
|  | Aparelho Springer ACJ 12.000 BTU/h   | OGVPE-Chefia |
|  | Aparelho Springer ACJ 18.000 BTU/h   | OGVPE        |

|         |  |              |
|---------|--|--------------|
|         | Aparelho Consul ACJ 18.000 BTU/h       | OGRSF        |
|         | Aparelho Springer ACJ 7.500 BTU/h      | OGOFI-Chefia |
|         | Aparelho Springer ACJ 7.500 BTU/h      | OGRSF        |
|         | Aparelho Springer ACJ 30.000 BTU/h     | OGOFI        |
|         | Aparelho Consul ACJ 7.500 BTU/h        | OGOFI        |
| Bloco A | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET- HOSP  |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ANSET - HOSP |
| Bloco B | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      | ARHD         |
|         | Aparelho Komeco split 60.000 BTU/h     | ARHG         |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ARHG         |
|         | Aparelho Komeco split 12.000BTU/h      | ARH          |
|         | Aparelho Komeco split 60.000 BTU/h     | ARHA         |
|         | Aparelho Carrier split 18.000 BTU/h    | ADCD         |
|         | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h      | ADSA         |
|         | Aparelho Electrolux split 18.000 BTU/h | ADSA         |
|         | Aparelho Komeco split 60.000 BTU/h     | ARPA         |
|         | Aparelho Komeco split 12.000 BTU/h     | ADSA (PSI)   |
|         | Aparelho Komeco split 12.000 BTU/h     | ADM          |
|         | Aparelho Electrolux split 12.000 BTU/h | ADSA         |
| ATI     | Aparelho Midea split 24.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Midea split 12.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Midea split 18.000 BTU/h      | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 32.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 20.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 24.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 24.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Fujitsu split 26.000 BTU/h    | TIN          |
|         | Aparelho Carrier split 24.000 BTU/h    | ST           |

|      |                                   |    |
|------|-----------------------------------|----|
| TPAC | Aparelho Elgin split 24.000 BTU/h | ST |
|      | Aparelho ACJ 30.000 BTU/h         | ST |



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **145037599** código CRC= **485DE96A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF

00097-00009150/2024-41

Doc. SEI/GDF 145037599

Declaração - METRO-DF/DOM/SMT/OGVPE

**ANEXO II****TERMO DE VISTORIA TÉCNICA AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE AR  
CONDICIONADO**

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_ realizou, nesta data, VISITA TÉCNICA para conhecimento das instalações, equipamentos e locais, bem como para vistas à documentação técnica, referente à Contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e retirada de aparelhos de ar condicionado do Metrô-DF, objeto do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_ – METRÔ-DF, na pessoa de seu (*Representante legal ou Responsável Técnico – Terceiro contratado, em conformidade com o Item 20 do Termo de Referência*), o Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do (número do documento de identidade ou registro profissional) \_\_\_\_\_, o(a) qual subscreve o presente.

Brasília, ..... de..... de..... .



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **145037601** código CRC= **188B615F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF

00097-00009150/2024-41

Doc. SEI/GDF 145037601



Declaração - METRO-DF/DOM/SMT/OGVPE

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA POR PLENO CONHECIMENTO DOS LOCAIS E RESPONSABILIDADES RELATIVOS AO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E RETIRADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO METRÔ-DF**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, DECLARA ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local dos serviços, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira decorrentes de alegações de desconhecimento do objeto.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal

Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **145037604** código CRC= **E41F8750**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF

Planilha Financeira - METRO-DF/DOM/SMT/OGVPE

**ANEXO V**

**PLANILHAS DE DEMONSTRAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**ÍNDICES ECONÔMICOS**

Ativo Permanente  
Ativo Circulante  
Passivo Circulante  
Realizável a Longo Prazo  
Exigível a Longo Prazo

|       |   |  |
|-------|---|--|
| ILC : | Índice de Liquidez Corrente                                 |  |
| ILC = | $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ |  |

|       |   |  |
|-------|---|--|
| ILG : | Índice de Liquidez Geral  |  |
| ILG = | $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ |  |

|       |   |  |
|-------|---|--|
| ISG : | Índice de Solvência Geral   |  |
| ISG = | $\frac{\text{Ativo Permanente} + \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ |  |



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **145037607** código CRC= **DA152F3D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF



Declaração - METRO-DF/DOM/SMT/OGVPE

**ANEXO VI****MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO PROFISSIONAL**

Declaramos, para fins do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, que o(a) Sr(a).\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_pertencerá ao nosso quadro permanente, a partir da  
assinatura do contrato objeto deste Pregão, e que na hipótese de sermos a CONTRATADA, o mesmo  
estará disponível para prestar serviço nas instalações do METRÔ-DF, no cargo de\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_. Na eventual necessidade da sua substituição, a mesma será  
realizada, consultada a Administração, por profissional de experiência equivalente ou superior,  
mediante o compromisso de apresentação da documentação relativa à qualificação técnica  
profissional de que trata o Item 22 do Termo de Referência.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **145037609** código CRC= **9E5DEE90**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF

00097-00009150/2024-41

Doc. SEI/GDF 145037609

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência de Manutenção

Gerência de Manutenção de Via Permanente e Edificações

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Histórico – Revisões

| Data       | Versão | Descrição            | Autor |
|------------|--------|----------------------|-------|
| 05/05/2020 | 1.0    | Revisão do documento | ONEDI |
|            |        |                      |       |
|            |        |                      |       |
|            |        |                      |       |

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente a Contratada que os serviços foram prestados ou os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades de qualidade, baseadas nos critérios de aceitação definidos em contrato.

IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº: [XXXXXXX]

Contratada: [XXXXXX]

Contratante: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

Ordem de Serviço Nº: <OS9999/AAAA>

Data da Emissão: <dia> de <mês>  
de <ano>.

**FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E RETIRADA DE APARELHOS DE  
AR CONDICIONADO DO METRÔ – DF.**

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

| Item | Descrição de Produto e Serviço | Patrimônio | Local de<br>Instalação | Total |
|------|--------------------------------|------------|------------------------|-------|
|      |                                |            |                        |       |

|                |                                     |  |  |  |
|----------------|-------------------------------------|--|--|--|
| 1.             | <Descrição igual da OS de abertura> |  |  |  |
| 2.             |                                     |  |  |  |
| ...            |                                     |  |  |  |
|                |                                     |  |  |  |
|                |                                     |  |  |  |
|                |                                     |  |  |  |
|                |                                     |  |  |  |
|                |                                     |  |  |  |
| TOTAL DE ITENS |                                     |  |  |  |

Por este instrumento, atestamos, que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE. Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e bens ocorrerá em até 90 dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

| DE ACORDO  |  |
|--|--|
| CONTRATANTE<br>Fiscal Técnico do Contrato  | CONTRATADA<br>Preposto   |
| <p>_____</p> <p>&lt;nome do fiscal técnico do contrato&gt;</p> <p>Matr.: &lt;nº da matrícula&gt;</p> <p>Local, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;</p> | <p>_____</p> <p>&lt;nome do preposto&gt;</p> <p>CPF: &lt;nº do CPF do preposto&gt;</p> <p>Local, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;</p> |



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0  
verificador= **145037615** código CRC= **33B31A10**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP  
71929-540 - DF

---

00097-00009150/2024-41

Doc. SEI/GDF 145037615

## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência de Manutenção

Gerência de Manutenção de Via Permanente e Edificações

## TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

## INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente a Contratada que os serviços prestados ou os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos em contrato.

## IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº [XXXXXXX]

Contratada: [XXXXXX]

Contratante: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

Ordem de Serviço Nº: &lt;XXXXXXXX&gt;

Data da Emissão: <dia> de <mês> de  
<ano>.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO  
FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E RETIRADA DE  
APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO METRÔ – DF.

## ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

| Item            | Descrição de Produto e Serviço      | Patrimônio | Local de Instalação | Total |
|-----------------|-------------------------------------|------------|---------------------|-------|
| 1.              | <Descrição igual da OS de abertura> |            |                     |       |
| ...             |                                     |            |                     |       |
| TOTAL DOS ITENS |                                     |            |                     |       |

Por este instrumento, atestamos que os serviços e bens integrantes da OS acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

## DE ACORDO

Gestor do Contrato

Fiscal Requisitante do Contrato

---

  
<nome do gestor do contrato>

---

  
<nome do fiscal requisitante do contrato>



Matr.: <nº da matrícula>  
Local, <dia> de <mês> de <ano>.

<Qualificação>  
Local, <dia> de <mês> de <ano>.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 03/07/2024, às 11:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **145037617** código CRC= **79728C9E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP  
71929-540 - DF

00097-00009150/2024-41

Doc. SEI/GDF 145037617



Proposta Orçamentária - METRO-DF/DOM/SMT/OGVPE

ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA

Razão Social e CNPJ:  
Endereço:  
Telefone Fixo:  
Telefone Celular:  
E-mail:  
Validade e número da proposta:

A proponente deverá preencher apenas os itens para os quais deseja apresentar proposta, devendo manter as demais células em branco.

1. PLANILHA MODELO DE PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PREÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE | Ampla Concorrência | Cota Reservada | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | BDI(%) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|--|---------|------------|--------------------|----------------|----------------------|--------|-------------------|
| 1    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 12.000 btu | und     | 53         | X                  |                |                      |        |                   |
| 2    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 12.000 btu | und     | 17         |                    | X              |                      |        |                   |
| 3    | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 18.000 btu | und     | 33         | X                  |                |                      |        |                   |
|      |  |         |            |                    |                |                      |        |                   |

|       |  |     |    |   |   |  |  |  |
|-------|--|-----|----|---|---|--|--|--|
| 4     | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 18.000 btu | und | 10 |   | X |  |  |  |
| 5     | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 24.000 btu | und | 12 | X |   |  |  |  |
| 6     | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 24.000 btu | und | 3  |   | X |  |  |  |
| 7     | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo Split, High-Wall ou Piso-Teto, 48.000 btu | und | 1  |   | X |  |  |  |
| 8     | Fornecimento e instalação de ar-condicionado, tipo janela, 21.000 btu                        | und | 8  |   | X |  |  |  |
| TOTAL |  |     |    |   |   |  |  |  |

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e respectivos Anexos.

Declaramos que esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da licitação.

Declaramos, ainda, que cumprimos integralmente as especificações, condições e prazos descritos no Termo de Referência integrante do Anexo I do Edital.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações**, em 26/09/2024, às 13:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador=152116855 código CRC=754EC61A.



## ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO

### (Subitem 10.9 do Edital)

#### DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Declaramos, sob as penas da Lei, para fins do disposto no art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº. 1.436/2013, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do caput do art. 7º e 8º da Lei nº. 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Declaro também ter conhecimento de que a opção tem caráter irretratável.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

### (Subitem 10.10 do Edital)

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para a Contratante, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão nº \_\_\_\_\_ /20\_\_ – METRÔ-DF, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e tratamento adequado de dejetos e resíduos.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

### (Subitem 10.11 do Edital)

#### DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número], com sede no [endereço completo], neste ato representado, na forma de seus atos constitutivos, por [NOME COMPLETO],

[estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [número e órgãos expedidor], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [número], DECLARA sob as penas da lei que:

- Tem plena ciência e concordância com as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF, versão 1.1, publicada em 04/04/2019, no site [www.metro.df.gov.br](http://www.metro.df.gov.br), e o instrumento convocatório e seus anexos;
- Inexiste vedação, impedimento ou conflito de interesses, conforme Capítulo III do Título I do Regulamento e legislação aplicável; e
- Compromete-se em comportar-se de modo ético e íntegro, em combate à corrupção, para, em especial:

**(i)** proibir que qualquer pessoa ou organização aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com empregados do METRÔ-DF;

**(ii)** não influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

**(iii)** apoiar e colaborar com o METRÔ-DF em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

**(iv)** não oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**(v)** não financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos;

**(vi)** não utilizar pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**(vii)** contribuir e não dificultar a atividade de investigação e/ou de fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, e nem intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

**(viii)** não frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

**(ix)** não impedir ou perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

**(x)** não afastar e não procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

**(xi)** não criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

**(xii)** não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

**(xiii)** não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**(xiv)** reportar toda e qualquer irregularidade ao canal de denúncia próprio da Ouvidoria do METRÔ-DF, sendo-lhe garantida a não retaliação.

Por ser verdade, firmo e dou fé.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

**(Subitem 10.12 do Edital)**

**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa Declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

**(Subitem 14.2.14 do Edital)**

**TERMO DE COMPROMISSO PARA FINS DO DECRETO DISTRITAL Nº 45.846, DE 27 DE MAIO DE 2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que se obriga a contratar pessoas em situação de rua, nos termos da Lei Distrital nº 6.128, de 1º de março de 2018 e Decreto Distrital nº 45.846, de 27 de maio de 2024.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa



Documento assinado eletronicamente por **KLAUS VILAR WURMBAUER - Matr.0000307-7, Pregoeiro(a)**, em 03/09/2024, às 14:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **150141882** código CRC= **A9CD3567**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929-540 - DF





**ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_ / 20 \_\_\_\_\_ .

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_ / 20 \_\_\_\_\_ .

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: \_\_\_\_\_ / 20 \_\_\_\_\_ .

VALIDADE: \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses improrrogáveis, a partir da assinatura desta ata.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, na Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRO-DF, na Avenida Jequitibá, 155, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, o Diretor Presidente, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF (RILC), Decreto Distrital nº 44.330/2023, e demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, publicado no DODF nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, página nº \_\_\_\_, e a respectiva homologação, conforme documento SEI nº \_\_\_\_\_ do processo nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, RESOLVEM registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas \_\_\_\_\_, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(ns)/lote(s), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos materiais especificados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante.

1.2. O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação do Metrô-DF, para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

1.3. O Sistema de Registro de Preços não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a contratação de acordo com suas necessidades.

**2. CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

**3. CLÁUSULA III DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à \_\_\_\_\_.

**4. CLÁUSULA IV DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A Adesão à Ata de Registro de Preços poderá ser admitida à sociedade de economia mista, empresas públicas e respectivas subsidiárias, conforme disposto nos artigos 1º e 66, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c artigo 141, § 1º, do RILC-METRÔ-DF e Parecer Jurídico n.º 777/2020 - PGDF/PGCONS da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Distrital nº 44.330/2023.

4.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, na sua totalidade, não poderá exceder, o **dobro do quantitativo de cada item registrado** na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador.

4.3. As aquisições e/ou contratações adicionais decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, (art. 208, § 1º, do Decreto nº 44.303/2023).

4.4. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

4.5. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

## 5. CLÁUSULA V - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CADASTRO RESERVA

5.1. O preço ofertado, especificação, empresa e representante legal, encontram-se enunciados na presente ata.

5.2. Os licitantes que cumprirem os requisitos para formação do Cadastro Reserva, na forma disposta no § 4º, inciso II, art. 198, do Decreto nº 44.303/2023, terão seus preços registrados, de acordo com a ordem de classificação.

5.3. A contratação com fornecedor do Cadastro Reserva ocorrerá somente no caso de exclusão do adjudicatário, nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto nº 44.303/2023, sendo respeitada, em qualquer caso, a ordem de classificação.

## 6. CLÁUSULA VI - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO/ENTREGA DO MATERIAL

6.1. O local de execução do serviço/entrega do material será de acordo com Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e deverá iniciar em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias a contar da data da assinatura do contrato, de recebimento e/ou retirada da Nota de Empenho, e/ou pedido de fornecimento ao detentor/representante legal.

## 7. CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011 e Art. 148, § único do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF.

7.1.1. Excetua-se desta obrigatoriedade as empresas de outros Estados da Federação que, comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso indicar o número de sua conta corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário.

7.2. O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias**, contados a partir da entrega da Fatura/Nota Fiscal no protocolo do METRÔ-DF, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento e que tenham sido cumpridas as exigências contratuais e

administrativas da Contratante.

7.2.1. Se a documentação de cobrança estiver incompleta ou conter erros ou incorreções, o prazo para pagamento será recomeçado a partir da data de sua reapresentação, desde que o atesto já tenha sido realizado.

7.2.2. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. É vedado o pagamento antecipado por objeto contratual não executado.

7.3. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar ao METRÔ-DF os seguintes documentos em plena validade, junto com a Nota Fiscal:

7.3.1. Autorização de Faturamento – AF emitida pelo gestor ou comissão gestora do contrato, se for o caso;

7.3.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

7.3.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.3.4. Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Fazenda Pública do Distrito Federal, se tiver sede ou filial no Distrito Federal; e

7.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

7.3.6. O CONTRATADO fica obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-E, modelo 55, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de outubro de 2011, conforme dispõe o Protocolo ICMS 42, de 3/07/2009, com redação dada pelo Protocolo ICMS 33/2011.

7.3.7. Em caso de atraso no pagamento sem justo motivo, o débito será acrescido de correção monetária pelo IPC-A/IBGE, salvo disposição em contrário no Edital ou contrato, e juros de mora legais, calculados *pro rata temporis*.

## **8. CLÁUSULA VIII – DO CONTRATO**

8.1. Durante o prazo de validade do registro, a empresa detentora do melhor valor registrado poderá ser convidada a firmar contratação de fornecimento/prestação de serviço, mediante autorização da Presidência do Metrô-DF, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

8.2. Poderá ser dispensado o contrato de fornecimento, nos termos do art. 144, do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC do Metrô-DF, e facultada a sua substituição por instrumento equivalente (Nota de Empenho) nos casos de compra/execução de pequenas despesas, até o limite estabelecido para dispensa de licitação previsto no inciso II, do art. 135, do RILC - Metrô-DF e com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, cujo prazo seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias corridos.

8.3. A Ata de Registro de Preços não sofrerá o acréscimo de 25% previsto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

8.4. Por ocasião da celebração do contrato, a critério da Administração e conforme edital, poderá ser exigido da licitante a prestação de uma das seguintes garantias estabelecidas no Edital:

8.4.1. caução em dinheiro;

8.4.2. seguro-garantia; ou,

8.4.3. fiança bancária.

8.4.3.1. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança, fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

8.4.3.2. No caso da escolha da garantia contratual na modalidade fiança bancária, será obrigatório a comprovação por parte da contratada de que o fiador é instituição financeira autorizada a operar com o Banco Central do Brasil.

8.5. A garantia será conforme estabelecido no edital.

8.6. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante detentora da Ata assegurará o pagamento de:

8.6.1. Quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros em razão do não cumprimento ou cumprimento insatisfatório do contrato, incluindo-se as obrigações acessórias;

8.6.2. Quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros em razão de omissão ou ato praticado com dolo ou culpa durante a execução do contrato;

8.6.3. Multas contratuais aplicadas ao contratado;

8.6.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, de responsabilidade do contratado, quando não honradas com pontualidade.

8.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída nas seguintes hipóteses:

8.7.1. Execução integral e satisfatória do objeto do contrato, atestada pelo gestor do contrato sem qualquer ressalva;

8.7.2. Decurso do prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato sem que haja comunicação de sinistro ou retenção cautelar de valores por parte do METRÔ-DF, ainda que em fase de apuração.

8.8. Aplicam-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços as normas de gestão contratual do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF.

**9. CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

9.1. Cada contratação deverá ser efetuada mediante autorização da Presidência do Metrô-DF.

9.2. Deverá haver disponibilidade orçamentária, devidamente comprovada, para aquisição de cada parcela a ser contratada.

9.3. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital.

9.4. Serão de responsabilidade do(s) concorrente(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

**10. CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES**

10.1. As penalidades serão aplicadas em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos RILC-METRÔ-DF.

## **11. CLÁUSULA XI - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a ata, nos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

## **12. CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

12.1. O recebimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será atestado pela Unidade requisitante consoante o disposto no art. 205 Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF - RILC, e demais normas pertinentes.

12.2. A Unidade Demandante deverá designar executor para acompanhamento do contrato e recebimento do objeto, conforme disposto no art. 201 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF - RILC.

12.3. A Unidade requisitante procederá à inspeção de qualidade na entrega dos materiais, conforme cronograma de execução Anexo I do Termo de Referência, e poderá recusá-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado.

12.4. Não serão aceitos materiais reconicionados ou remanufaturados sob qualquer forma.

12.5. Demais exigências contidas no Anexo I do Edital deste Pregão Eletrônico.

## **13. CLÁUSULA XIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

13.1.1. Pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô-DF, mediante comunicação da Unidade requisitante, quando:

13.1.1.1. a(s) detentora(s) não cumprir(em) as obrigações dela constantes;

13.1.1.2. a(s) detentora(s) não retirar(em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

13.1.1.3. a(s) detentora(s) der(em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF - RILC, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

13.1.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar(em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF - RILC, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. a solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô-DF, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta ata, a empresa detentora

será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.2.2. Fica estabelecido que as detentoras da ata, deverão comunicar imediatamente ao METRÔ-DF, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

14. **CLÁUSULA XV - DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

15. **CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Integram esta ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus anexos, as propostas com preços e especificações do(s) item(ns).

15.2. O(s) caso(s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF - RILC e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

\_\_\_\_\_  
Diretor-Presidente

\_\_\_\_\_  
Diretor de \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

|                              |
|------------------------------|
| PROCESSO Nº:                 |
| PREGÃO Nº:                   |
| ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: |

|                |                  |        |          |                 |
|----------------|------------------|--------|----------|-----------------|
| EMPRESA:       |                  |        |          |                 |
| CNPJ:          | INSCR. ESTADUAL: | BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA-CORRENTE: |
| TELEFONE:      | ENDEREÇO:        |        |          |                 |
| SÓCIO DIRETOR: | R.G.:            | CPF:   |          |                 |
| PROCURADOR:    | R.G.:            | CPF:   |          |                 |

ITEM: \_\_\_\_\_ - 1º LUGAR

| ITEM | QUANT. ESTIMADA | UNID. | ESPECIFICAÇÃO | MARCA/ PROCEDÊNCIA | VALOR UNIT. |
|------|-----------------|-------|---------------|--------------------|-------------|
|      |                 |       |               |                    |             |

## RELAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

| RELAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CADASTRO DE RESERVA |  |  |
|---|--|--|
| ITEM  | ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA |  |
| 1   | 1ª   |  |
|   | 2ª   |  |
|   | (...)  |  |



Documento assinado eletronicamente por **KLAUS VILAR WURMBAUER - Matr.0000307-7, Pregoeiro(a)**, em 22/10/2024, às 15:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **154352437** código CRC= **7307D8F9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929540 -

00097-00009150/2024-41

Doc. SEI/GDF 154352437

**ANEXO IV DO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO n.º \_\_\_\_\_/202X

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

A **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF**, empresa pública, com sede na Avenida Jequitibá n.º 155, Águas Claras – DF, CNPJ n.º 38.070.074/0001-77, neste ato denominada simplesmente METRÔ-DF, representada pelo seu Diretor-Presidente, \_\_\_\_\_, brasileiro \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_-\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_, e seu Diretor \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, brasileiro \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_-\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_, ambos residentes e domiciliados nesta capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, pelo presente instrumento de contrato regido pela Lei n.º 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF, Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a proposta da CONTRATADA \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, a Decisão da Diretoria Colegiada exarada em sua \_\_\_\_ª reunião \_\_\_\_\_ realizada em \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, e demais documentos constantes do processo n.º 097.000.\_\_\_\_/20\_\_\_\_, que passam a integrar o presente instrumento, têm por justo e contratado na forma e sob as condições abaixo:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para **Fornecimento com instalação, incluindo materiais, insumos e mão-de-obra, de, aproximadamente, 129 (cento e vinte e nove) aparelhos de ar condicionado tipo split e 08 (oito) de Janela - ACJ, com etiqueta energética "A" ou "B" visando atender, principalmente, as Salas Técnicas do Metrô-DF**, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º xx/201x e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** a contar da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 (cinco) anos, conforme Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF e de acordo com a Lei n.º 13.303/2016.

2.2. O prazo de recebimento do objeto é de **60 (sessenta) dia** a contar da data de assinatura deste contrato.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .....(.....).



3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, estão assegurados no orçamento de \_\_\_\_\_, Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, Programa de Trabalho \_\_\_\_\_, fonte de recurso \_\_\_\_\_.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011 e Art. 148, § único do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF.

5.1.1. Excetua-se desta obrigatoriedade as empresas de outros Estados da Federação que, comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso indicar o número de sua conta corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário.

5.2. O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias**, contados a partir da entrega da Fatura/Nota Fiscal no protocolo da CONTRATANTE, que deverá acontecer no primeiro dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, estando acompanhada da Autorização de Faturamento - AF, observado o preço proposto para o serviço, desde que tenham sido cumpridas as exigências contratuais e administrativas do CONTRATANTE.

5.2.1. Se a documentação de cobrança estiver incompleta ou conter erros ou incorreções, o prazo para pagamento será recomçado a partir da data de sua reapresentação, desde que o atesto já tenha sido realizado.

5.2.2. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.2.3. É vedado o pagamento antecipado por objeto contratual não executado.

5.3. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar ao METRÔ-DF os seguintes documentos em plena validade, junto com a Nota Fiscal:

5.3.1. Autorização de Faturamento – AF emitida pelo gestor ou comissão gestora do contrato, se for o caso;

5.3.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

5.3.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

5.3.4. Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Fazenda Pública do Distrito Federal, se tiver sede ou filial no Distrito Federal; e

5.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

5.4. O CONTRATADO fica obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-E, modelo 55, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de outubro de 2011, conforme dispõe o

5.5. Em caso de atraso no pagamento sem justo motivo, o débito será acrescido de correção monetária pelo IPC-A/IBGE, salvo disposição em contrário no edital ou contrato, e juros de mora legais, calculados *pro rata temporis*.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1. O reajustamento de preços poderá ocorrer a cada 12 (doze) meses, a contar da data-base ou do último reajustamento de preços, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, divulgado pelo IBGE ou outro que venha a substituí-lo, apurado no período, mediante a apresentação de requerimento fundamentado e tempestivo.

6.1.1. A existência de disponibilidade orçamentária é condição essencial para a concessão do reajustamento de preços pela via administrativa, sem prejuízo de sua concessão posterior e pagamento retroativo quando houver disponibilidade orçamentária, devidamente atualizado monetariamente.

6.1.2. A ausência de requerimento de reajustamento de preços importará em renúncia do CONTRATADO ao direito relativo ao período anterior aos últimos doze meses, sendo-lhe permitido realizar requerimento provisório na ausência de divulgação de índices inflacionários ou de termos de negociação coletiva.

6.1.3. A data-base será considerada a data da apresentação da proposta pelo CONTRATADO. [

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DE ENTREGA**

7.1. A entrega/execução do objeto deste contrato será no Almoxarifado Central da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF, localizado no Bloco C do Complexo Administrativo e Operacional, Avenida Jequitibá, Lote 155, Águas Claras – DF, CEP 71.929-540. Nos horários de 08:00 às 11:30 e de 13:30 às 16:30, de segunda a sexta-feira exceto feriados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO**

8.1. O gerenciamento do contrato e a execução dele decorrente ficarão a cargo do empregado a ser nomeado por meio de Instrução de Serviço emitida pela respectiva Diretoria demandante da contratação do METRÔ-DF.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além daquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico:

9.1.1. Designar empregado(s) ou comissão gestora para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, por meio de instrução de serviços;

9.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6. O METRÔ-DF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela

CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7. Instituir comissão, de no mínimo três membros, para o recebimento dos bens.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além das estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico:

10.1.1. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.1.2. Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.3. Observar as disposições legais que regulem o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços objeto desta contratação;

10.1.4. Coordenar a execução dos serviços de comum acordo com o METRÔ-DF, considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos, em conformidade com as disposições do Edital e seus anexos, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;

10.1.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste contrato;

10.1.5.1. A inadimplência do CONTRATADO quanto aos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais não transfere ao METRÔ-DF a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

10.1.5.2. Constatada eventual inadimplência do CONTRATADO, é facultado ao METRÔ-DF realizar o pagamento diretamente aos trabalhadores, ou consignar o pagamento em juízo descontado do valor de eventual retenção cautelar para pagamento de eventual multa contratual que venha ser aplicada ao CONTRATADO.

10.1.6. Manter durante a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos;

10.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou ao METRÔ-DF, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme Art. 76 da Lei 13.303 de 30/06/2016 e Art. 168 do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF;

10.1.7.1. A CONTRATADA responderá por ação ou omissão de seus colaboradores, assim compreendidos, de modo exemplificativo, os seus sócios, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, prepostos, empregados, gerentes de contrato, responsáveis técnicos, procuradores, consultores, assessores e fornecedores subcontratados.

10.1.8. Ressarcir o METRÔ-DF por quaisquer valores que receber em decorrência de enriquecimento ilícito por sobrepreço, superfaturamento ou por qualquer outro meio, independentemente de dolo ou culpa, desde que precedidos de processo administrativo com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

10.1.9. Toda informação que o CONTRATADO obtiver em razão do contrato firmado com o

METRÔ-DF será considerada informação confidencial, sendo que a CONTRATADA não poderá prestar nenhuma informação sobre o contrato e fatos ocorridos durante a sua execução a terceiros sem a anuência prévia e escrita do METRÔ-DF;

10.1.9.1. A divulgação de informação confidencial pela CONTRATADA sem autorização do METRÔ-DF é considerada descumprimento grave do contrato e poderá dar azo à aplicação de sanções e à rescisão contratual.

10.1.9.2. Ainda que o METRÔ-DF tenha o dever legal de divulgar informação, a CONTRATADA não poderá divulgá-la sem a anuência do METRÔ-DF ou sem que este já tenha dado publicidade à informação, sob pena de quebra de confidencialidade.

10.1.9.3. Não configura violação da confidencialidade quando a CONTRATADA prestar informações a órgãos de controle ou a autoridade judicial, desde que, não havendo proibição expressa, tenha informado o METRÔ-DF da citação, intimação ou notificação que receber em prazo hábil para que se defenda e tome as providências cabíveis.

10.1.10. É vedado à CONTRATADA ceder quaisquer direitos ou obrigações decorrentes do contrato, ou dar seu crédito em garantia de outro negócio jurídico, sem a anuência prévia e escrita do METRÔ-DF;

10.1.10.1. A violação a este artigo é considerada descumprimento grave do contrato e poderá dar azo à aplicação de sanções e à rescisão contratual.

10.1.11. Cumprir integralmente a Lei n.º 12.846/2013, Decreto federal nº 8.420/2015 e pelo Decreto n.º 37.296/2016, ou pela legislação correlata superveniente, no que for aplicável.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções, conforme Lei n.º 13.303/2016.

11.2. Nos termos da Lei n.º 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF, pela inexecução total ou parcial do contrato, pela execução extemporânea de obrigações contratuais, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, pelo retardamento do início da execução do contrato, pelo comportamento fraudulento ou inidôneo do CONTRATADO e por outras ações ou omissões previstas no contrato e seus anexos, o METRÔ-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o METRÔ-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.2.4. As sanções previstas nos subitens 11.4.1 e 11.4.3 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção do subitem 11.4.2.

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste artigo não impede a rescisão do contrato e não exime o CONTRATADO da responsabilidade de ressarcir e/ou indenizar o METRÔ-DF e/ou terceiros por eventual enriquecimento sem causa, lucros cessantes e/ou perdas e danos.

11.3. A sanção prevista no subitem 11.4.3, poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com o Metrô - DF:

11.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o METRÔ-DF em virtude

de atos ilícitos praticados.

11.4. Toda sanção só poderá ser aplicada após regular processo administrativo, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento de notificação, onde deverão estar indicados os fundamentos de fato e de direito e as sanções que se pretende aplicar.

11.4.1. A multa será descontada de eventuais pagamentos devidos ao CONTRATADO e/ou da garantia contratual.

11.4.2. Se a multa for de valor superior ao valor de eventuais pagamentos devidos e da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, mediante cobrança judicial.

11.5. A multa terá os seguintes percentuais como parâmetro padrão:

11.5.1. 0,08% (zero virgula zero oito por cento) por dia, sobre o valor atualizado do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), em caso de descumprimento da obrigação de implementar e manter Programa de Integridade, quando for o caso;

11.5.2. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou na execução dos serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.5.3. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos materiais e/ou na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do METRÔ-DF, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

11.5.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento dos prazos de entrega, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos subitens 11.7.2 e 11.7.3;

11.5.5. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo METRÔ-DF, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

11.5.6. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

11.5.6.1. O tempo de atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal no METRÔ-DF, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.5.6.2. O atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade faz cessar a aplicação da multa prevista no subitem 11.7.1, sem prejuízo da cobrança pelo período de efetivo descumprimento.

11.6. É assegurado ao METRÔ-DF o direito de realizar retenções cautelares de pagamentos devidos enquanto perdurar os procedimentos administrativos para a aplicação de sanções.

11.7. O prazo de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o METRÔ-DF deverá ser arbitrado ao licitante ou CONTRATADO de acordo com o seguinte:

11.7.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, o CONTRATADO permanecer inadimplente;

11.7.2. Por até 90 (noventa) dias, quando deixar de entregar no prazo estabelecido no edital os documentos e anexos exigidos em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico;

11.7.3. Por até 12 (doze) meses, quando o licitante, na modalidade pregão, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.7.4. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando o licitante e/ou CONTRATADO:

11.7.4.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

11.7.4.2. Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do procedimento de escolha de terceiros;

11.7.4.3. Não efetuar o pagamento de multas aplicadas pelo METRÔ-DF.

11.8. A competência para aplicar as sanções previstas neste Item é do Diretor da Unidade Demandante, cabendo recurso contra a sua decisão, dirigido ao Diretor-Presidente do METRÔ-DF, no mesmo prazo oferecido para defesa prévia, a contar da data do recebimento da notificação da decisão pelo CONTRATADO.

11.8.1. A decisão deverá ser fundamentada, inclusive quanto à proporcionalidade da sanção aplicada em função da natureza e da gravidade da falta cometida.

11.8.2. Se a Unidade Demandante estiver diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, o recurso será julgado pela Diretoria Colegiada do METRÔ-DF.

11.9. O METRÔ-DF deverá informar os dados relativos às sanções aplicadas a contratados, de forma a manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de que trata o art. 23 da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.9.1. O fornecedor incluído no cadastro referido no item 11.11 não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.

11.9.2. Serão excluídos do cadastro referido, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra eles promovida.

11.10. As penalidades aplicadas pelo METRÔ-DF deverão ser igualmente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto n.º 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Instrução Normativa/SLTI n.º 02, de 11 de outubro de 2010.

11.10.1. A exclusão de registro de penalidade se dará de acordo com as normas aplicáveis a cada sistema de cadastro de fornecedores.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF e Lei n.º 13.303/16, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato, no Termo de Referência e em outras leis e/ou regulamentos.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A contratação poderá ser ainda rescindida judicialmente, nos termos da legislação, e amigavelmente por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

12.4. A rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes deverá ser precedida de autorização escrita da Diretoria Colegiada, mediante proposição fundamentada do Diretor da área solicitante.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF e Lei n.º 13.303/16.

13.2. A competência para autorizar as alterações de que trata esta cláusula é atribuída à Diretoria Colegiada e as mesmas serão efetivadas mediante aditamento do instrumento contratual.

13.3. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

- 14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- 14.1.3. subcontratar o objeto;
- 14.1.4. a formação de consórcio.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia no importe de 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, em nome do METRÔ-DF, em até 15 (quinze) dias após a data da assinatura do contrato, uma das seguintes modalidades de garantia, conforme estipulado no Art. 178 do Regulamento de Licitações e Contratos do METRÔ-DF:

- 15.1.1. Caução em dinheiro;
- 15.1.2. Seguro-garantia;
- 15.1.3. Fiança bancária.

15.1.3.1. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança, fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

15.1.3.2. No caso da escolha da garantia contratual na modalidade fiança bancária, será obrigatório a comprovação por parte da CONTRATADA de que o fiador é instituição financeira autorizada a operar com o Banco Central do Brasil.

15.1.3.3. A garantia de execução contratual deverá abranger todo o período de vigência do contrato, acrescida de mais 30 (trinta) dias.

15.2. A garantia escolhida pela CONTRATADA deverá ser complementada sempre que houver defasagem em relação ao valor inicial, sendo tal complemento apresentado ao CONTRATANTE, quando da entrega das faturas correspondentes, como condição para o recebimento destas e deverá abranger toda a vigência do contrato, acrescida de mais 30 (trinta) dias.

- 15.2.1. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato a ser firmada com a

CONTRATADA, a garantia deverá ser renovada, mantendo-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, atualizado, e nas mesmas condições e prazos estabelecidos no item 15.2.

15.3. A garantia assegurará o pagamento de:

15.3.1. Quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros em razão do não cumprimento ou cumprimento insatisfatório do contrato, incluindo-se as obrigações acessórias;

15.3.2. Quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados ao METRÔ-DF ou a terceiros em razão de omissão ou ato praticado com dolo ou culpa durante a execução do contrato;

15.3.3. Multas contratuais aplicadas ao CONTRATADO;

15.3.4. Obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias de qualquer natureza e, de acordo com o Decreto Distrital n.º 39.978/2019, para com o FGTS, de responsabilidade do CONTRATADO, quando não honradas com pontualidade.

15.4. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Execução integral e satisfatória do objeto do contrato, atestada pelo gestor do contrato sem qualquer ressalva;

15.4.2. Decurso do prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato sem que haja comunicação de sinistro ou retenção cautelar de valores por parte do METRÔ-DF, ainda que em fase de apuração.

15.5. A devolução da caução em dinheiro deverá ser acrescida de correção monetária.

15.6. O envio de notificação pelo METRÔ-DF durante o prazo abrangido pela garantia contratual, indicando a ocorrência de eventual sinistro já apurado ou ainda a ser apurado, impedirá a liberação da garantia e obrigará a instituição bancária ou securitária ao pagamento de indenização pelas responsabilidades apuradas.

15.7. O atraso na apresentação de garantia ou de reforço de garantia poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, inclusive a rescisão do contrato.

15.8. O comprovante de recolhimento de qualquer das garantias de que trata o item 15.1, deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato.

15.9. A garantia escolhida pela CONTRATADA poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do contrato, com anuência do METRÔ-DF.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF e Lei n.º 13.303/16 e demais normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS**

18.1. As partes contratantes se comprometem a respeitar integralmente a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/13), sujeitas aos procedimentos e às penalidades do Decreto Distrital n.º 37.296/16,



aplicando-se à parte faltosa todas as responsabilidades e sanções previstas na lei em comento e nas demais normas do direito brasileiro, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos atos praticados por seus sócios ou acionistas, diretores, administradores, procuradores, representantes legais, consultores, empregados e prepostos em geral, observados os limites da lei.

18.1.1. A CONTRATADA se obriga a firmar na data de assinatura deste Contrato o Termo de Compromisso de Conduta Ética e de Combate à Corrupção (Anexo 1).

18.2. A CONTRATADA se obriga a não praticar ou incentivar, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, por seus sócios/acionistas, prepostos, empregados e/ou eventuais subcontratados, ato ou política de discriminação ou de incentivo à violência, sob qualquer aspecto, seja em função do sexo, opção sexual, idade, cor, religião, crença, origem, classe social, opinião política, debilidades físicas ou psíquicas, entre outros.

18.3. A CONTRATADA se obriga a respeitar a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de 18 anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme estabelecido na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII.

18.4. A CONTRATADA se obriga a não empregar mão-de-obra escrava ou assimilada e praticar ato contrário à dignidade da pessoa humana do trabalhador, assim como assédios moral ou sexual, punições e tratamentos vexatórios, físicos ou verbais.

18.5. A CONTRATADA se obriga a respeitar a legislação ambiental vigente e empenhar-se em desenvolver métodos de atuação que não perturbem o meio ambiente, responsabilizando-se por obter previamente as devidas autorizações das autoridades competentes e por responder por possíveis despesas, multas e autuações a que tenha dado causa.

18.5.1. A CONTRATADA deverá recepcionar bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pelo CONTRATANTE, resultante do fornecimento/prestação dos serviços desta contratação, assim como comprovar que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, de modo a não poluir as dependências CONTRATADA e as demais áreas públicas.

18.6. A matriz de risco, é parte integrante do contrato, nos moldes da legislação aplicável à espécie, bem como do artigo 147, inciso XVI, do RILC.

18.7. As partes contratantes observarão as disposições do Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024, em relação a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

18.8. As partes contratantes declaram conhecimento quanto ao Código de Conduta e Código de Ética do METRÔ-DF, disponíveis no site [www.metro.df.gov.br](http://www.metro.df.gov.br), com vistas a manter a transparência, segurança jurídica e a simetria de informações sobre as negociações do METRÔ-DF, de acordo com as boas práticas de governança e integridade.

18.9. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica estabelecido o Foro de Brasília – DF para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, se esgotadas as vias amigáveis.

E, por estarem justos e contratados, após as devidas leituras, as partes assinam o presente instrumento na presença de duas testemunhas, em uma única via eletrônica com autenticação na forma da lei pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Brasília, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_  
Diretor-Presidente

\_\_\_\_\_  
Diretor de \_\_\_\_\_

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **ANEXO 1**

#### **TERMO DE COMPROMISSO DE CONDUTA ÉTICA E DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [número], com sede no [endereço completo], neste ato representado, na forma de seus atos constitutivos, por [NOME COMPLETO], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG n.º [número e órgãos expedidor], inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º [número], doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA tem consciência de que a sociedade brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, posturas e procedimentos que possam melhorar o ambiente político do Brasil, assim como anseia pela prática efetiva de tais princípios;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA está desejosa de atender as expectativas da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA está determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA está ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende do esforço de agentes econômicos socialmente responsáveis em incentivar a adoção de condutas éticas a um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob os termos do art. 299 do Código Penal Brasileiro, a CONTRATADA, por seu representante legal infra-assinado, declara que proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas, tendo pleno conhecimento do disposto no art. 5º, alíneas 'd' e 'g', da Lei n.º 12.846/13 ("Lei Anticorrupção").

Ainda, a CONTRATADA se compromete a:

1. Proibir que qualquer pessoa ou organização aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com empregados do METRÔ-DF;
2. Não influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;
3. Apoiar e colaborar com o METRÔ-DF em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

5. Não oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
6. Não financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos;
7. Não utilizar pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
8. Contribuir e não dificultar a atividade de investigação e/ou de fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, e nem intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;
9. Não frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
10. Não impedir ou perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
11. Não afastar e não procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
12. Não criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
13. Não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
14. Não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
15. Reportar toda e qualquer irregularidade ao canal de denúncia próprio da Ouvidoria do METRÔ-DF, sendo-lhe garantida a não retaliação;
16. O signatário está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

Brasília-DF, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE]



Documento assinado eletronicamente por **KLAUS VILAR WURMBAUER - Matr.0000307-7, Pregoeiro(a)**, em 22/10/2024, às 15:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **154352699** código CRC= **7A1F774C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida Jequitibá 155 - Complexo Administrativo e Operacional do Metrô-DF - Bairro Águas Claras - CEP 71929540 -

MAPA DE RISCOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE AR  
CONDICIONADOS COM O SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, COM MATERIAL INCLUSO, NAS  
DEPENDÊNCIAS DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ-DF.

## 1. INTRODUÇÃO

A Análise dos Riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos mesmos em relação à Contratação.

Os riscos analisados foram distribuídos em três fases:

- **Fase da Análise:** Planejamento da Contratação.
- **Fase da Análise:** Seleção do Fornecedor.
- **Fase da Análise:** Gestão do Contrato.

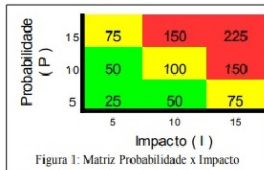
Para cada Risco identificado, define-se: Probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimentos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação dos responsáveis pelas ações.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos Riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

| CLASSIFICAÇÃO | VALOR |
|---------------|-------|
| Baixo         | 5     |
| Médio         | 10    |
| Alto          | 15    |

Tabela 1: Escala qualitativa de classificação.

A análise qualitativa dos Riscos, consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do Risco e direcionará as ações relacionadas durante as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato. A tabela, a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de Risco.



O produto da probabilidade pelo impacto de cada Risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o Risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação do mesmo ou adoção das medidas preventivas, através do uso de controles de segurança. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de Risco alto. Nos casos de Riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente os controles de segurança previstos.

## MATRIZ DE RISCOS

| FASE DE ANÁLISE: Planejamento da Contratação                    |  |           |              |
|---|--|-----------|--------------|
| RISCO: Não aprovação do Termo de Abertura de Contratação - TAC. |  |           |              |
| Probabilidade:  | ( X ) Baixa  | ( ) Média | ( ) Alta     |
| Impacto:  | ( X ) Baixo  | ( ) Médio | ( ) Alto     |
| Id  | Dano   |           |              |
| 1.  | Atraso no Processo de Contratação.   |           |              |
| Id  | Ação Preventiva  |           | Responsáveis |
| 1.  | Realizar reunião com a Chefia Superior, a fim de haver alinhamento para a respectiva aprovação.  |           | OGVPE/SMT    |
| Id  | Ação de Contingência   |           | Responsável  |
| 1.  | Convocar reunião extraordinária com a Equipe Técnica da ONEDI, com o objetivo de realizar os ajustes necessários e assim encaminhar o Processo para esfera superior. |           | SMT          |
|   |  |           |              |
| RISCO: Morosidade no andamento do Processo de Contratação.      |  |           |              |
| Probabilidade:  | ( ) Baixa  | (X) Média | ( ) Alta     |
| Impacto:  | ( ) Baixo  | (X) Médio | ( ) Alto     |
| Id  | Dano   |           |              |
| 1.  | Indisponibilidade de aparelhos de ar condicionados das salas técnicas. Aumento da temperatura média das salas técnicas.  |           |              |
| Id  | Ações Preventivas  |           | Responsáveis |
| 1.  | Realizar reunião entre as áreas envolvidas no Processo de Aquisição.   |           | OGVPE/SMT    |

|  |  |                     |                    |
|--|--|---------------------|--------------------|
| 2.   | Monitorar o andamento do Processo no Sistema SEI/GDF.  |                     | OGVPE              |
| <b>Id</b>  | <b>Ação de Contingência</b>  |                     | <b>Responsável</b> |
| 1.   | Verificar junto às áreas envolvidas os motivos da referida morosidade.   |                     | OGVPE              |
|  |  |                     |                    |
| RISCO: Prorrogação da vigência do contrato   |  |                     |                    |
| <b>Probabilidade:</b>  | ( X ) Baixa  | ( ) Média           | ( ) Alta           |
| <b>Impacto:</b>  | ( ) Baixo  | ( X ) Médio         | ( ) Alto           |
| <b>Id</b>  | <b>Dano</b>  |                     |                    |
| 1.   | Aditivo de prorrogação do Contrato.  |                     |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Na solicitação das propostas de orçamento, incluir o prazo de entrega do objeto.   | OGVPE/SMT           |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ações de Contingência</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Inserir no Termo de Referência Item com o prazo de entrega do objeto.  | OGVPE/SMT           |                    |
| 2.   | Atentar para não impossibilitar participações, mas observar a urgência na aquisição do objeto.   |                     |                    |
| 3.   | Inserir Item com as sanções pelo atraso na entrega do objeto.  |                     |                    |
|  |  |                     |                    |
| RISCO: Problemas na Estimativa de custos   |  |                     |                    |
| <b>Probabilidade:</b>  | ( X ) Baixa  | ( ) Média           | ( ) Alta           |
| <b>Impacto:</b>  | ( ) Baixo  | ( ) Médio           | ( X ) Alto         |
| <b>Id</b>  | <b>Dano</b>  |                     |                    |
| 1.   | Orçamento superfaturado ou sub-estimado.   |                     |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Aplicar a metodologia de análise e formação de preços baseado no Decreto Distrital Nº 39.453/2018 e na Instrução Normativa Nº 05 de 20/05/2017.            | OGVPE/SMT           |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ações de Contingência</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Verificar o relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe.  | ONGVPE/SMT          |                    |
| 2.   | Atentar para preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal e demais entes públicos.                   |                     |                    |
| 3.   | Realizar o máximo possível de pesquisas junto a fornecedores.  |                     |                    |
| 4.   | Realizar pesquisa em mídias ou sites especializados ou de domínio amplo.   |                     |                    |
|  |  |                     |                    |
| RISCO: Escolha inadequada dos profissionais para Elaboração do Termo de Referência |  |                     |                    |
| <b>Probabilidade:</b>  | ( X ) Baixa  | ( ) Média           | ( ) Alta           |
| <b>Impacto:</b>  | ( ) Baixo  | ( ) Médio           | ( X ) Alto         |
| <b>Id</b>  | <b>Dano</b>  |                     |                    |
| 1.   | Não aquisição dos aparelhos de ar condicionado para as salas técnicas.   |                     |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsável</b>  |                    |
| 1.   | A documentação deverá ser elaborada por equipe lotada no Superintendência de Manutenção e/ou por profissionais que possuam experiência em Ar condicionado. | DOM                 |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ação de Contingência</b>  | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Aquisição de Normas relacionadas ao objeto.  | SMT/DOM             |                    |
|  |  |                     |                    |
| RISCO: Morosidade na elaboração do Edital.   |  |                     |                    |
| <b>Probabilidade:</b>  | ( X ) Baixa  | ( ) Média           | ( ) Alta           |
| <b>Impacto:</b>  | ( ) Baixo  | ( X ) Médio         | ( ) Alto           |
| <b>Id</b>  | <b>Danos</b>   |                     |                    |
| 1.   | Vencimento das propostas comerciais, sendo necessário atualização. Desgastes junto aos fornecedores.   |                     |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Especificar o objeto detalhadamente no Termo de Referência, bem como a metodologia utilizada para estimativa dos custos.                                   | OGVPE/SMT           |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ações de Contingência</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Realizar as alterações solicitadas com a maior agilidade possível.   | OGVPE/SMT           |                    |
|  |  |                     |                    |
| RISCO: Morosidade na análise do processo.  |  |                     |                    |
| <b>Probabilidade:</b>  | ( X ) Baixa  | ( ) Média           | ( ) Alta           |
| <b>Impacto:</b>  | ( ) Baixo  | ( X ) Médio         | ( X ) Alto         |
| <b>Id</b>  | <b>Danos</b>   |                     |                    |
| 1.   | Vencimento das propostas comerciais, sendo necessário a atualização.   |                     |                    |
| 2.   | Desgaste junto aos fornecedores.   |                     |                    |
| <b>Id</b>  | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsáveis</b> |                    |
| 1.   | Análise prévia do processo pela Assessoria da Diretoria de Operação e Manutenção - DOM.  | OGE/DOM             |                    |

|   |   |                   |                  |
|---|---|-------------------|------------------|
| Id  | Ação de Contingência  |                   | Responsáveis     |
| 1.  | Mudanças que não sejam técnicas podem ser realizadas pela Assessoria da Diretoria de Operação e Manutenção - DOM. |                   | OGE/DOM          |
|   |   |                   |                  |
| RISCO: Dificuldade na obtenção da Dotação Orçamentária. |   |                   |                  |
| Probabilidade:  | (    ) Baixa  | (    X    ) Média | (    ) Alta      |
| Impacto:  | (    ) Baixo  | (    ) Médio      | (    X    ) Alto |
| Id  | Danos   |                   |                  |
| 1.  | Vencimento das propostas comerciais, sendo necessário atualização.  |                   |                  |
| 2.  | Desistência de possíveis fornecedores do serviço.   |                   |                  |
| Id  | Ação Preventiva   |                   | Responsáveis     |
| 1.  | Verificar a possibilidade de Dotação Orçamentária antes da finalização do Termo de Referência.                    |                   | DOM/DFC          |
| Id  | Ação de Contingência  |                   | Responsável      |
| 1.  | Atuação da Diretoria de Operação e Manutenção da Companhia na obtenção dos recursos.                              |                   | DOM              |
|   |   |                   |                  |
|   |   |                   |                  |

| FASE DE ANÁLISE: Seleção do Fornecedor                           |   |               |            |
|--|---|---------------|------------|
| RISCO: Exigências insuficientes no julgamento das propostas.     |   |               |            |
| Probabilidade:   | (X) Baixa   | ( ) Média     | ( ) Alta   |
| Impacto:   | ( ) Baixo   | ( ) Médio     | ( X ) Alto |
| Id   | Dano  |               |            |
| 1.   | Licitação impugnada ou fracassada.  |               |            |
| Id   | Ações Preventivas   | Responsáveis  |            |
| 1.   | Realizar a revisão do Termo de Referência atentando para as questões jurídicas e contratuais antes de publicar o edital.                        | OGVPE/SMT/DOM |            |
| 2.   | Avaliar as sugestões de melhorias.  |               |            |
| 3.   | Justificar tecnicamente e financeiramente a necessidade da compra.  |               |            |
| Id   | Ação de Contingência  | Responsáveis  |            |
| 1.   | Realizar os ajustes necessários para a republicação do Edital.  | OGVPE/AGLIC   |            |
|  |   |               |            |
| RISCO: Licitação Deserta ou Cotação de preços abaixo do mercado. |   |               |            |
| Probabilidade:   | (X) Baixa   | ( ) Média     | ( ) Alta   |
| Impacto:   | ( ) Baixo   | ( ) Médio     | (X) Alto   |
| Id   | Danos   |               |            |
| 1.   | Contratação de serviço com custo estimado elevado ou reduzido.  |               |            |
| 2.   | Licitação deserta ou fracassada.  |               |            |
| Id   | Ações Preventivas   | Responsáveis  |            |
| 1.   | Aplicar a metodologia de análise e formação de preços baseada no Decreto Distrital Nº 39.453/2018 e na Instrução Normativa Nº 05 de 20/05/2017. | OGVPE/SMT     |            |
| 2.   | Identificar os possíveis fornecedores durante a etapa de pesquisa de preços.  |               |            |
| Id   | Ações de Contingência   | Responsáveis  |            |
| 1.   | Realizar uma nova pesquisa de preços.   | OGVPE/SMT     |            |
| 2.   | Realizar ajustes no Termo de Referência e anexos.   |               |            |
|  |   |               |            |
| RISCO: Comissão de licitação inexperiente.                       |   |               |            |
| Probabilidade:   | (X) Baixa   | ( ) Média     | ( ) Alta   |
| Impacto:   | ( ) Baixo   | (X) Médio     | ( ) Alto   |
| Id   | Danos   |               |            |
| 1.   | Morosidade na resposta dos questionamentos.   |               |            |
| 2.   | Problemas no julgamento das propostas.  |               |            |
| Id   | Ação Preventiva   | Responsáveis  |            |
| 1.   | Os profissionais participantes da Comissão de Licitação deverão possuir experiência necessária para tal.  | SLC/DAD       |            |
| Id   | Ação de Contingência  | Responsáveis  |            |
| 1.   | Reavaliar a composição da Comissão de Licitação.  | SLC/DAD       |            |
|  |   |               |            |

| FASE DE ANÁLISE: Gestão do Contrato  |           |           |          |
|--|-----------|-----------|----------|
| RISCO: Comissão Gestora inexperiente ou com pouca qualificação profissional. |           |           |          |
| Probabilidade:   | (X) Baixa | ( ) Média | ( ) Alta |

|  |  |                  |            |
|--|--|------------------|------------|
| Impacto:   | ( ) Baixo  | ( ) Médio        | ( X ) Alto |
|  |  |                  |            |
| Dano   |  |                  |            |
| 1. Gestão contratual prestada de forma ineficiente.  |  |                  |            |
| Ações Preventivas  |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Manter apenas técnicos e engenheiros na Comissão Gestora.  | OGVPE/SMT        |            |
| Ação de Contingência   |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Inserir Itens no Termo de Referência sobre os parâmetros aceitáveis para a aquisição do Objeto.                                  | OGVPE/SMT        |            |
|  |  |                  |            |
| RISCO: Atraso na entrega do objeto.  |  |                  |            |
| Probabilidade:   | ( ) Baixa  | (X) Média        | ( ) Alta   |
| Impacto:   | (X) Baixo  | ( ) Médio        | ( ) Alto   |
|  |  |                  |            |
| Dano   |  |                  |            |
| 1. Morosidade na entrega do material   |  |                  |            |
| Ações Preventivas  |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Incluir no Termo de Referência sanções por atraso não justificados por parte da Contratada.                                      | OGVPE/SMT        |            |
| 2.   | Vincular o pagamento a entrega do objeto e aceitações provisória e definitiva.   |                  |            |
| Ação de Contingência   |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Inserir Itens no Termo de Referência estabelecendo o tempo máximo para a entrega e penalidades por atraso.                       | OGVPE/SMT        |            |
|  |  |                  |            |
| RISCO: Objeto com a qualidade e especificações inferiores ao exigido.                              |  |                  |            |
| Probabilidade:   | ( ) Baixa  | ( X ) Média      | ( ) Alta   |
| Impacto:   | ( ) Baixo  | ( ) Médio        | ( X ) Alto |
|  |  |                  |            |
| Dano   |  |                  |            |
| 1. Aparelhos fora da especificação necessária. Serviços de instalação/reinstalação mal executados. |  |                  |            |
| Ações Preventivas  |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Inserir itens no Termo de Referência estabelecendo as especificações do objeto.  | ONGVPE/SMT       |            |
| 2.   | Inserir itens no Termo de Referência estabelecendo os ensaios necessários considerando as Normas Técnicas.                       |                  |            |
| Ação de Contingência   |  | Responsável      |            |
| 1.   | Recusar o objeto durante o Recebimento Provisório.   | Comissão Gestora |            |
|  |  |                  |            |
| RISCO: Não entrega do objeto.  |  |                  |            |
| Probabilidade:   | ( X ) Baixa  | ( ) Média        | ( ) Alta   |
| Impacto:   | ( ) Baixo  | ( ) Médio        | ( X ) Alto |
|  |  |                  |            |
| Dano   |  |                  |            |
| 1. Morosidade na aquisição do objeto pretendido.   |  |                  |            |
| Ação Preventiva  |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Inserir itens no Termo de Referência que tratem sobre as sanções para a não entrega do objeto.                                   | OGVPE/SMT        |            |
| Ações de Contingência  |  | Responsáveis     |            |
| 1.   | Aplicar as sanções impostas no Termo de Referência, no Contrato e na Legislação vigente à Contratada pela não entrega do objeto. | DOM/PRE          |            |
| 2.   | Iniciar um novo processo licitatório para aquisição do objeto.   | OGVPE/SMT        |            |

2. ELABORAÇÃO

Roberto Giuliani  
Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações  
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência



Documento assinado eletronicamente por ROBERTO GIULIANI - Matr.0002446-5, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Edificações, em 03/07/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=145037593](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=145037593) código CRC= FE3CF97C.